ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEIROS

PLANO DIRETOR DE MATEIROS

DESENVOLVIMENTO URBANO
EM APOIO À GESTÃO AMBIENTAL

Junho 2003

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador

RAIMUNDO NONATO PIRES DOS SANTOS

Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO

Secretário

NILTON CLARO COSTA

Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

BELIZÁRIO FRANCO NETO

Diretor

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

HUMBERTO DE CAMPOS – Naturatins

ROSA ANTÔNIA RODRIGUES MONTEIRO – Seplan

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEIROS

ANTÔNIO ALVES DA SILVA - Prefeito

EQUIPE LOCAL DE COORDENAÇÃO

ADÃO ROCHA BRAGA

GUMERCINO OLIVEIRA DA SILVA

VALDETE CASTRO DA SILVA

ELABORAÇÃO

TECHNUM CONSULTORIA LTDA.

COORDENAÇÃO GERAL

IZABEL NEVES DA SILVA CUNHA BORGES	Arquiteta e Urbanista

COORDENAÇÃO TÉCNICA

SÔNIA HELENA TAVEIRA DE CAMARGO CORDEIRO	Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA

ALEXANDRE FORTES	Engenheiro Civil
CLÁUDIA MARTINS DUTRA	Advogada
DAISY CADAVAL BASSO	Pedagoga
GUNTER KOHLSDORF SPILLER	Arquiteto
JOÃO FILIPE CAMPELLO	Engenheiro Civil
LUIZ ALBERTO CORDEIRO	Engenheiro Civil
MÔNICA VON GLEHN HERKENHOFF	Arquiteta e Urbanista

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE FIGURAS 07
RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS 08
ABREVIATURAS E SIGLAS 09
APRESENTAÇÃO 11
RESUMO EXECUTIVO 14
I. SITUAÇÃO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 20
1 - O MUNICÌPIO 20
1.1. Aspectos Históricos 21
1.2. Inserção Regional 22
2 – DIMENSÃO FÍSICO AMBIENTAL 25
2.1. Meio Ambiente Natural 25
2.1.1. Aspectos Geofísicos 27
2.1.2. Unidades de Conservação 28
2.1.3. Áreas de Preservação Permanente 35
2.2. Espaços Territorial e Urbano 36
2.2.1. Estrutura Fundiária 36
2.2.2. Caracterização dos Espaços Territorial e Urbano 37
2.3. Habitação 38
2.4. Saneamento Ambiental 41
2.4.1. Abastecimento de Água 41
2.4.2. Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial 41
2.4.3. Resíduos Sólidos 41
2.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública 44
2.6. Comunicação 44
2.7. Sistema Viário e Transportes 45
3 – DIMENSÃO SOCIAL 46
3.1. Aspectos Demográficos 46
3.2. Aspectos Culturais 47
3.3. Educação 49
3.4. Esporte e Lazer 50
3.5. Promoção Social 50
3.6. Saúde 51
3.7. Segurança Urbana 51
4 – DIMENSÃO ECONÔMICA 52
4.1. Dinâmica Econômica 52
4.2. Abastecimento 52
4.3. Potencialidade Turística 53
5 – DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL 56
5.1. Capacidade de Administração e Gestão 56
5.2. Bases Cartográficas 56
5.3. Legislação 57
5.4. Terceiro Setor 57
6 - PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E RISCOS 59

II. SITUAÇÃO DESEJADA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 62
7 - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO 62
7.1. Cenário Tendencial 66
7.2. Aspectos Urbanísticos do Cenário Tendencial 68
7.3. Cenário de Declínio 70
7.4. Aspectos Urbanísticos do Cenário de Declínio 73
7.5. Cenário de Dinamismo Sustentável 75
7.6. Aspectos Urbanísticos do Cenário de Dinamismo Sustentável 78
8 - O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO 80
8.1. O Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana 80
8.2. O Objetivo Central para o Município 81
8.3. As Linhas Estratégicas para o Desenvolvimento Municipal 81
8.4. O Macrozoneamento 83
8.5. Os Aspectos Físico-urbanísticos da Cidade Desejada 86
8.6. O Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas 91
8.7. Sistema de Planejamento e Gestão 94
9 - AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 96
BIBLIOGRAFIA 105

RELAÇÃO DE FIGURAS

Fig. 1	Localização do Município	24
Fig. 2	Planta do Município	26
Fig. 3	Vegetação	30
Fig. 4	Pedologia	31
Fig. 5	Unidades de Conservação do Município	32
Fig. 6	A cidade de Mateiros	40
Fig. 7	Vista Aérea da Cidade	39
Fig. 8	Avenida Maranhão (principal)	40
Fig. 9	Vista Parcial da Cidade	40
Fig. 10	Habitação Original Típica	40
Fig. 11	Estabelecimento Comercial	40
Fig. 12	Reservatório de Água	40
Fig. 13	Instalação Sanitária	43
Fig. 14	Sistema de Esgotamento Sanitário	43
Fig. 15	Lagoa de Oxidação	43
Fig. 16	Erosão nas Ruas	43
Fig. 17	Colheita do Capim Dourado	48
Fig. 18	Artesã em Mumbuca	48
Fig. 19	Preparação da Seda do Buriti	48
Fig. 20	Produtos Artesanais	48
Fig. 21	Dunas do Jalapão	55
Fig. 22	Dunas do Jalapão	55
Fig. 23	Pedra da Baliza	55
Fig. 24	Cachoeira da Velha	55
Fig. 25	Cachoeira da Formiga	55
Fig. 26	Fervedouro	55
Fig. 27	Povoado de Mumbuca	55
Fig. 28	Corredeiras do Rio Novo	55
Fig. 29	Aspectos Urbanísticos do Cenário Tendencial	69
Fig. 30	Aspectos Urbanísticos do Cenário de Declínio	74
Fig. 31	Aspectos Urb. do Cenário de Dinamismo Sustentável	79
Fig. 31	Macrozoneamento do município	85
Fig. 33	Aspectos Urbanísticos da cidade de Mateiros	90
Fig. 34	Uso e Ocupação do Solo Urbano em Mateiros	93

RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	Comunidades existentes em torno do Parque Estadual do Jalapão – PEJ	33
Tabela 2	Estrutura Fundiária	36
Tabela 3	Evolução Populacional 1991 – 2000	46
Tabela 4	Distribuição da população por gênero – 1991-2000	46
Tabela 5	Projeção da População de Mateiros - 2001/2010	64
Quadro 1	Fatores positivos e negativos para o desenvolvimento municipal sustentável	59
Quadro 2	Cenário Tendencial	67
Quadro 3	Cenário de Declínio	72
Quadro 4	Cenário de Dinamismo Sustentável	77

ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Ação
APA	Área de Preservação Ambiental
CADSUS	Cadastro do Sistema Único de Saúde
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
DZE	Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EV	Evasão
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
Ha	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda
INTERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LE	Linha Estratégica
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
PEJ	Parque Estadual do Jalapão
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Meio-ambiente
TO	Tocantins

ZAB	Zona de Abastecimento e Serviços
ZCM	Zona Central Mista
ZIA	Zona de Interesse Ambiental
ZPA	Zona de Proteção Ambiental
ZRU	Zona Rural
ZUR	Zona Urbana
ZHB	Zona Habitacional

APRESENTAÇÃO

Este documento consolida os trabalhos desenvolvidos para a formulação do **Plano de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental** para o Município de Mateiros – TO, conforme o estabelecido no contrato n.º 385/2002 firmado entre a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN) e a Technum Consultoria Ltda.

A Constituição Federal, no capítulo da Política Urbana, em seu artigo 182, preceitua que **o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana** e deve constituir-se em instrumento de planejamento e gestão para a orientação das ações do setor público e da iniciativa privada na busca do desenvolvimento sustentável das cidades.

O Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ao regulamentar este preceito constitucional, reitera o papel do Plano Diretor, conferindo-lhe grande importância por abranger todo o território municipal e abordar aspectos voltados à sustentabilidade sócio-cultural, econômica e ambiental.

O Governo do Tocantins planejou o desenvolvimento do Estado, dividindo-o em regiões, segundo as potencialidades de cada porção de seu território. Por meio desse planejamento, ao reconhecer a potencialidade para o turismo de natureza e o ecoturismo da região, instituiu o Pólo Ecoturístico do Jalapão, criou o Parque Estadual do Jalapão (PEJ) e a APA Estadual do Jalapão, no Município de Mateiros, com vistas ao desenvolvimento dessa atividade em equilíbrio com a proteção ambiental da biodiversidade e dos ecossistemas aí existentes.

Mateiros apresenta situação singular no tocante à proteção ambiental. Abriga em seu território 5 (cinco) Unidades de Conservação: uma Estação Ecológica, dois Parques, um nacional, outro estadual, duas APAs, uma federal e outra estadual. Esse conjunto de áreas protegidas, somado às zonas de transição a elas correspondentes, recomendadas pela legislação pertinente, torna o território municipal particularmente limitado para a exploração de atividades econômicas diversas. Por outro lado, a diversidade e singularidade dos recursos naturais e da paisagem favorecem o ecoturismo e o turismo de natureza a serem explorados com rigoroso controle em função da fragilidade ambiental dos atrativos da região. Mateiros é o município que concentra a maior parte desses atrativos. Por esta razão, deve cumprir um importante papel de núcleo aglutinador das

atividades turísticas a serem impulsionadas como vetores do seu desenvolvimento. Entretanto, a cidade de Mateiros não está aparelhada para desempenhar esse papel, embora, gradativamente, a demanda por infra-estrutura adequada e serviços de apoio aos turistas por parte dos cada vez mais numerosos visitantes venha crescendo.

Com vistas a estruturar Mateiros de modo a tornar a cidade e o Município aptos a desenvolver sustentavelmente o turismo pretendido no Pólo Ecoturístico do Jalapão, a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), com recursos provenientes de convênio firmado com o Governo Federal, juntamente com a Prefeitura Municipal, com a qual celebrou um Termo de Cooperação para tal finalidade, promoveu a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental de Mateiros, como o instrumento de planejamento e gestão a orientar o processo de desenvolvimento sustentável do Município. Para sua elaboração e posterior implementação, a Prefeitura Municipal designou uma equipe, constituída de representantes do Poder Público Municipal e da sociedade organizada, como equipe de coordenação local da elaboração do Plano Diretor.

Os trabalhos de formulação do **Plano Diretor de Mateiros** foram realizados segundo este entendimento, em respeito à Constituição Federal, ao Estatuto da Cidade, à Constituição Estadual e à Lei Orgânica do Município. Foram também observadas as especificações do Termo de Referência e todas as cláusulas contratuais estabelecidas para a execução dos serviços.

A formulação do Plano Diretor, em todas as suas etapas, teve envolvimento da equipe local de coordenação, designada pela Prefeitura Municipal de Mateiros, dos técnicos da SEPLAN responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos, dos consultores da Technum e dos representantes da sociedade organizada de Mateiros. Durante o desenvolvimento dos trabalhos foram realizadas entrevistas, reuniões setoriais e oficinas de planejamento participativo, cujos resultados estão consubstanciados no Plano Diretor.

O presente documento apresenta um **Resumo Executivo,** com a síntese de todo o seu conteúdo e duas partes distintas:

I – Situação Atual do Desenvolvimento Municipal, contendo as informações sobre a realidade atual do Município e uma análise de seu estágio de desenvolvimento, seja quanto aos fatores internos, seja quanto às relações com os municípios vizinhos e a região. Nessa análise foram levadas em conta as dimensões econômica, social, físico-ambiental e

institucional. A partir da análise feita, foi possível identificar os pontos fortes e fracos, no âmbito interno, e as oportunidades e riscos, no âmbito externo, para o desenvolvimento municipal.

II – Situação Desejada para o Desenvolvimento Municipal, desenvolvida a partir das conclusões sobre a situação atual, pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos que, juntamente com as entrevistas, resultados das reuniões setoriais e oficinas de planejamento participativo realizadas, permitiram a construção de três cenários alternativos para o desenvolvimento de Mateiros: Cenário Tendencial, Cenário de Declínio e Cenário de Dinamismo Sustentável. Dentre eles, o último foi selecionado como o **cenário desejado**, passando a servir como referência para a concepção do **Projeto da Cidade,** o estabelecimento do objetivo central e das linhas estratégicas para o desenvolvimento municipal. Estas últimas levaram à identificação e priorização das ações correspondentes a cada uma delas, por meio das quais deve ser alcançado o objetivo central estabelecido.

São apresentadas, ainda, indicações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão necessário à implementação do Plano Diretor, como instrumento básico de um processo continuado e participativo de condução do desenvolvimento sustentável para o Município.

As propostas registradas neste documento consubstanciam o resultado da construção coletiva do futuro almejado para o município de Mateiros, com vistas à garantia da sustentabilidade, na visão dos atores envolvidos. Essas propostas deram origem ao Anteprojeto de Lei do Plano Diretor. Além destes dois documentos, apresentam-se também, como previsto no contrato, os Anteprojetos das Leis de Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas e de Parcelamento do Solo Urbano.

Espera-se que os documentos construídos coletivamente pelos atores envolvidos no processo possam orientar as ações públicas e privadas, objetivando o desenvolvimento ordenado e sustentável de Mateiros. Que os seus resultados sejam refletidos no desenvolvimento social justo, no crescimento econômico eqüitativo e na melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do Município.

Junho de 2003

Technum Consultoria Ltda.

RESUMO EXECUTIVO

O planejamento regional do Tocantins reconheceu como de grande potencial turístico a região do Jalapão, onde a diversidade e singularidade dos recursos naturais convive com a grande fragilidade dos ecossistemas aí observados. Com vistas ao desenvolvimento sustentável do turismo, em harmonia com a conservação da natureza, o Governo Estadual definiu o Pólo Ecoturístico do Jalapão, constituído pelos municípios de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, São Félix do Tocantins, Novo Acordo e Lizarda.

Mateiros, por concentrar a grande maioria dos atrativos turísticos, é visto como o Município que poderá capitanear a atividade turística e promover a melhoria da qualidade de vida das populações aí residentes. Os fluxos crescentes de visitantes e turistas em Mateiros têm provocado visíveis impactos sobre a ocupação e uso do solo e sobre os recursos naturais, pois o Município não está preparado para absorver adequadamente essa demanda.

Com vistas a superar as carências atualmente observadas em Mateiros e prepará-la para participar do processo de desenvolvimento sustentável do ecoturismo, o Governo do Tocantins, através da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), utilizando-se de recursos oriundos do convênio nº 2001CV000055, firmado com o Governo Federal, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, promoveu, em conjunto com a Prefeitura Municipal, com a qual estabeleceu um Termo de Cooperação, a elaboração do **Plano Diretor de Mateiros**, como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, de acordo com o estabelecido pela Constituição Federal, regulamentada pelo Estatuto da Cidade, pela Constituição Estadual de Tocantins e pela Lei Orgânica do Município.

O Plano Diretor de Mateiros consolida os resultados de um processo de definição coletiva dos destinos do Município, com vistas a oferecer ao Poder Público Municipal, à iniciativa privada e à sociedade local, um instrumento de planejamento e gestão que oriente a tomada de decisões para a construção da cidade desejada no município em que todos querem viver.

Tal definição fundamenta-se no conceito de sustentabilidade, elaborado pela ONU, que recomenda o equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais, histórico-culturais e dos atrativos turísticos, visando o desenvolvimento socioeconômico, e a proteção do meio ambiente, natural e

construído, com a conseqüente garantia de qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Inicialmente foi analisada a situação atual do Município e da sua sede, levando-se em conta os aspectos internos e a inserção regional. A partir dessa análise, realizada de forma participativa, foi feita a identificação das principais tendências de desenvolvimento, verificadas as demandas apresentadas ao Município pelos diferentes segmentos, examinado o *déficit* entre a oferta de equipamentos, serviços e facilidades urbanas e a demanda existente e detectadas as vantagens comparativas e competitivas de Mateiros em relação aos municípios vizinhos.

As conclusões principais dessa análise coletiva foram as seguintes:

- A dificuldade de acesso à sede municipal terminou por garantir uma certa preservação ambiental do Município;

- As características do solo na maior parte do território não favorecem as atividades agrícolas, que se resumem a pequenas lavouras e à pecuária de subsistência. Apenas uma pequena parcela do território municipal tem sido explorada para a produção de grãos em escala economicamente viável;

- Apesar da preservação ambiental, têm sido freqüentes os desmatamentos e queimadas nas áreas de várzeas e veredas, onde a terra mostra-se um pouco mais fértil;

- A grande quantidade de Unidades de Conservação existentes no Município transforma-o em uma grande área ambientalmente protegida e restringe as alternativas de exploração dos recursos naturais;

- A grande quantidade de terras com situação fundiária irregular na zona rural é preocupante, pois deverá acarretar complicadores significativos para a implantação das Unidades de Conservação;

- A falta de definição efetiva dos limites do Parque Estadual do Jalapão e a não implantação definitiva das demais Unidades de Conservação tem causado inquietude às numerosas comunidades residentes em áreas inseridas nessas UCs, por se verem ameaçadas de remoção sem alternativas de subsistência;

- O número de pequenas propriedades rurais pode favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar e a organização de formas associativas de criação de pequenos animais, inclusive silvestres, de

produção e comercialização de espécies nativas de frutos, melhorando a produtividade e competitividade;

- Ainda não se registram movimentos migratórios representativos para o Município que tem um crescimento populacional com taxas baixas;

- A cidade é altamente dependente de outros centros urbanos, principalmente Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional e Palmas;

- A situação fundiária na zona urbana é ainda mais grave, pois nenhum morador é dono do lote onde edificou sua residência ou instalou sua atividade econômica, uma vez que ainda existem pendências a serem resolvidas quanto à transferência pelo Estado para o Município das terras desapropriadas para a instalação da sede municipal;

- A beleza e singularidade dos recursos naturais existentes, principalmente no Parque Estadual do Jalapão, representam em extraordinário potencial para as atividades ligadas ao turismo de natureza e ao ecoturismo, perfeitamente conciliáveis com a proteção ambiental;

- As possibilidades de desenvolvimento do artesanato com o manejo sustentável do capim dourado e do buriti, abundantes na região, podem ampliar a atratividade e gerar oportunidade de trabalho para a população;

- A infra-estrutura turística e de apoio aos serviços turísticos é absolutamente precária e demanda um esforço coletivo para que possa adequar-se à demanda potencial já observada;

- O fornecimento de energia elétrica é irregular, com freqüentes cortes e oscilações;

- As vias urbanas não têm calçamento, arborização, iluminação, sinalização ou calçadas. Como o solo é muito frágil, no período chuvoso as enxurradas abrem grandes valas nas vias de maior declividade, dificultando o tráfego de veículos e, por vezes, mesmo o de pedestres;

- O saneamento ambiental exige melhorias importantes. A rede de água para abastecimento público não cobre toda a sede urbana e, mesmo nas áreas abastecidas, não é rara a falta de água; a água, coletada em poços profundos, é apenas clorada nos reservatórios; a rede coletora do esgoto sanitário não cobre toda a zona urbana; não há rede de drenagem pluvial; a coleta do lixo é irregular e a disposição final dos resíduos sólidos é feita a céu aberto, por falta de aterro sanitário;

- As áreas de educação e saúde apresentam deficiências evidentes, tanto em relação à infra-estrutura física dos seus equipamentos, quanto ao número e capacitação técnica de seus profissionais. São poucos os profissionais de educação e quando algum professor precisa ausentar-se, não existe possibilidade de remanejamento dos alunos por falta de outros profissionais; a única escola de ensino fundamental e médio, estadual, não dispõe de área para ampliar suas atividades ou para promover atividades complementares às estritamente curriculares; não existem médicos residentes no Município, que não conta, sequer, com uma ambulância para o transporte de doentes a outro centro urbano;

- Os equipamentos de lazer e as áreas esportivas estão completamente deteriorados, não oferecendo qualquer alternativa de entretenimento à população;

- A Administração Municipal está desaparelhada para o exercício das suas funções. Os quadros técnicos são reduzidos e pouco capacitados, não existem equipamentos adequados, não há normas e procedimentos regulares de condução dos assuntos afetos à Administração Municipal que fica, assim, absolutamente centrada na decisão pessoal do mandatário;

- A sociedade se omite das decisões quanto ao desenvolvimento municipal e resiste a qualquer iniciativa promovida pela Prefeitura Municipal, que delibera sozinha quanto à solução de todos os problemas.

Todos esses aspectos possibilitaram verificar quais os pontos fortes ou fracos, existentes no Município, e que oportunidades e riscos ele tem diante de si para promover o seu desenvolvimento sustentável. Com esses elementos, foi possível a construção de três cenários alternativos para o desenvolvimento de Mateiros, relacionando-se, para cada um deles, os atributos correspondentes às dimensões econômica, social, físico-ambiental e institucional.

Foram os seguintes os cenários apresentados:

Cenário Tendencial, caracterizado pela pouca capacidade de planejamento e gestão do Poder Público Municipal e pelas reduzidas possibilidades de intervenção da sociedade organizada no processo de desenvolvimento, que continua afetado pelas condicionantes externas atualmente observadas.

Cenário de Declínio, que admite a possibilidade de os municípios vizinhos de Ponte Alta do Tocantins, Novo Acordo ou São Félix do Tocantins assumirem a liderança do processo de desenvolvimento turístico na região, ao mesmo tempo em que a implantação definitiva das Unidades de Conservação restrinja as alternativas de exploração das áreas atualmente ocupadas. Neste caso, a cidade de Mateiros ficaria cada vez mais isolada e, embora haja ganhos ambientais e o turismo se desenvolva, os benefícios de ambos não se traduzem em melhoria da qualidade de vida da população, que se verá sem alternativas economicamente viáveis de desenvolvimento.

Cenário de Dinamismo Sustentável – assume como possível a redefinição dos limites do PEJ e a manutenção de parte das populações nele inseridas em suas terras originais, ao mesmo tempo em que se resolve a questão fundiária rural e urbana, o turismo se desenvolve regionalmente de forma sustentável e se criam alternativas de diversificação das práticas agrícolas e pecuárias, principalmente com a exploração de espécies nativas de frutos e criação de pequenos animais, inclusive silvestres.

Este último foi escolhido como o **cenário futuro desejado** e passou a servir de referência para as propostas do Plano Diretor de Mateiros. Assim definiu-se o objetivo central para o Município e a cidade da seguinte maneira:

Mateiros como um lugar onde o desenvolvimento humano acontece em harmonia com a conservação da natureza.

Para o alcance deste objetivo central, foram estabelecidas sete Linhas Estratégicas (LE), que deverão ser implementadas por meio de um conjunto de ações identificadas e classificadas segundo o grau de importância para o desenvolvimento municipal.

As linhas estratégicas definidas foram as seguintes:

LE 1 – Diversificação e Verticalização das Atividades Agrícolas.

LE 2 – Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

LE 3 - Proteção Ambiental.

LE 4 – Qualificação do Espaço Urbano.

LE 5 – Melhoria da Infra-estrutura Básica, dos Equipamentos e Serviços Urbanos.

LE 6 – Melhoria dos Equipamentos e Serviços Comunitários.

LE 7 – Aperfeiçoamento do Planejamento e Gestão Municipal.

I. SITUAÇÃO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

1. O MUNICÍPIO

Com vistas ao desenvolvimento do turismo, o Governo do Tocantins definiu dois corredores turísticos principais no Estado: o do Araguaia e o do Tocantins. Em cada um deles, foram selecionados pólos indutores do desenvolvimento sustentável, como áreas que irão capitanear a atividade turística e promover a melhoria da qualidade de vida das populações aí residentes. Dentre os pólos do corredor turístico do Tocantins, está o Pólo Ecoturístico do Jalapão, constituído pelos municípios de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, São Félix do Tocantins, Novo Acordo e Lizarda.

A concepção dos Pólos Ecoturísticos prevê a aplicação de investimentos públicos concentrados para aumentar a atratividade, diversidade e competitividade da oferta de produtos turísticos, de forma a tornar o Estado um destino ecoturístico de classe internacional.

A região do Jalapão é formada por 34.113 km², cerca de 12,25% da área do Estado, localizada na divisa com os estados da Bahia, Piauí e Maranhão. É composta pelos municípios de Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio do Sono, Santa Teresa do Tocantins e São Félix do Tocantins.

A paisagem é árida, com solo arenoso, bastante fofo, suscetível à erosão, o que é atenuado pela espessura e alta permeabilidade, que facilitam a absorção da água, e pela suavidade do relevo. Em contrapartida, essa infiltração provoca a lixiviação e conseqüente empobrecimento do solo, de cobertura vegetal pobre.

As chuvas prolongadas, a ação dos ventos que desloca o solo fino e as queimadas, para o rebroto do capim das pastagens ou para atrair pequenos animais silvestres, têm provocado um acelerado processo de desmanche dos chapadões de arenito, com a formação de dunas de mais de 20 m.

Toda a região é banhada por uma grande quantidade de rios, riachos e ribeirões, de água transparente e potável. O Ministério do Meio Ambiente, no documento Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (1999), considerou a região de elevada importância biológica. Além disso, a região foi incluída pelo IBAMA

no Corredor Ecológico Jalapão / Chapada das Mangabeiras, que cobre 11 municípios do Tocantins, quatro no Piauí, um no Maranhão e um na Bahia.

Mateiros caracteriza-se como o município com a maior concentração de atrativos turísticos da região, com fluxos cada vez mais freqüentes e numerosos de visitantes e evidentes impactos sobre a ocupação e uso do solo e sobre os seus recursos naturais, pois o Município não está preparado para absorver essa demanda de forma equilibrada e adequada.

1.1. Aspectos Históricos

O povoamento de Mateiros surgiu com a migração de caçadores nordestinos oriundos, principalmente, do Piauí. O nome do povoamento teria vindo dessa prática de caça aos veados campeiros da região. Também buscavam a região para “vaquerar” nas pastagens naturais da região e, por vezes, aí ficavam. Negros de quilombos vinham da Bahia para o cultivo de lavoura em roças de toco. Não se fixavam na região mas, anos depois, seus filhos retornavam para fazer novas roças.

Por meio da Resolução nº 53/63, com o nome oficial de Vila de Mateiros, o povoamento original foi transformado em Distrito pertencente ao município de Ponte Alta do Norte, atual Ponte Alta do Tocantins. Em 20 de fevereiro de 1991, pela Lei Estadual nº 151, o Distrito foi alçado a Município, tendo sido oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1993.

Segundo relato de moradores mais antigos, nos anos sessenta, um grupo de americanos ocupou terras da região para explorar a pecuária e a agricultura, além da extração de areia. Construíram casas, galpão para máquinas, estradas e pista de pouso e deram início à criação de bovinos. A falta de conhecimento das condições locais, entretanto, levaram essas iniciativas ao insucesso.

Os americanos criaram o Loteamento Pioneer Farms e o Wagon Wells Farms, mas as escrituras dos lotes foram canceladas em 1976, por decisão judicial da Comarca de Porto Nacional em ação ajuizada pelo Governo de Goiás contra a especulação imobiliária na região.

Parte das terras foi regularizada ainda pelo estado de Goiás, com o loteamento Ponte Alta (Gleba 1 a 22), em 1978. Entre 1989 e 1990, foi demarcada uma gleba remanescente, não incluída no loteamento

anterior, e criado o Loteamento São José, 4ª etapa. A área média das terras tituladas é de 1.500 ha e muitos dos antigos moradores acabaram tornando-se posseiros das terras adquiridas por terceiros.

1.2. Inserção Regional

O município de Mateiros, com 9.591,543 km², o segundo maior do Tocantins, situa-se na área-programa leste do Estado e pertence ao Pólo Ecoturístico do Jalapão, nome derivado de uma planta típica da região, chamada Jalapa do Brasil (*Operculiona macrocarpa*). Faz parte da Região Administrativa XII do Estado, cuja cidade pólo é Novo Acordo. Os outros municípios da mesma região são Lagoa do Tocantins, Lizarda, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins.

De acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Mateiros está localizado na Meso-região Oriental do Tocantins e integra a Micro-região de Porto Nacional. Para efeito de formulação e implantação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento regional, a SEPLAN inclui o Município na Área-programa Leste do Estado do Tocantins.

A sede municipal situa-se nas coordenadas geográficas de 10º32’51” de latitude sul e 46º25’16” de longitude oeste, em uma altitude média de 493 m acima do nível médio do mar, a 341 km de Palmas, capital do estado.

Mateiros limita-se ao norte com o município de São Félix do Tocantins e estados do Maranhão e Piauí; a leste, com o estado da Bahia; ao sul, com o município de Rio da Conceição e o estado da Bahia; e a oeste, com os municípios de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo (Lei nº 251, de 20/02/1991).

A divisa leste do estado do Tocantins com a Bahia ainda não está demarcada, embora já autorizada pelo Serviço Geográfico do Exército, o que resulta em indefinição precisa dos limites do município de Mateiros na sua divisa com a Bahia.

Mateiros é Distrito Judiciário da Comarca de 1ª Entrância de Ponte Alta do Tocantins. Conta, entretanto, com um Cartório de Registro de Imóveis que acumula registro civil, tabelionato de notas, títulos e documentos.

Comercialmente, Mateiros mantém com Ponte Alta do Tocantins e Porto Nacional certa relação de dependência, pois é nítida a precariedade de abastecimento de Mateiros. Além disso, a diversidade de estabelecimentos comerciais e os preços praticados nas duas cidades são mais interessantes para os moradores de Mateiros.

Por concentrar a maioria dos atrativos turísticos hoje explorados no Jalapão, Mateiros polariza esta atividade na região. A rodovia de ligação de Mateiros a Ponte Alta do Tocantins permite o acesso às dunas e à Cachoeira da Velha, os dois atrativos mais visitados pelos turistas.

Palmas é, com certeza, o maior centro polarizador para a região. Em seguida, percebe-se a importância de Porto Nacional como um centro regional de influência para a região do Jalapão, principalmente para Mateiros e Ponte Alta do Tocantins.

Fig. 1 - Localização do Município

2 – DIMENSÃO FÍSICO AMBIENTAL

2.1. Meio Ambiente Natural

Além de fronteira agrícola e pólo turístico, o Município é um grande divisor de águas, contribuindo para a formação das bacias dos rios Tocantins e São Francisco.

A sede do município dista 341 km da capital do Estado. Fica a 70 km de São Félix do Tocantins, ao qual se liga pela rodovia TO - 110, uma estrada em condições precárias de circulação. Pela rodovia TO - 255 vai-se de Mateiros a Ponte Alta do Tocantins e Porto Nacional, cidades polarizadoras do Município. Daí, pela TO – 050, chega-se a Palmas.

É preciso destacar a precariedade das estradas estaduais, decorrente não só das grandes dificuldades que as características dos solos arenosos da região acarretam na manutenção da estrada atual, mas também pelo fato do lento processo de implantação e término das rodovias projetadas. As estradas municipais são praticamente inexistentes. Só é possível transitar com segurança de Mateiros aos municípios vizinhos com veículos de tração nas 4 rodas.

Não há sinalização rodoviária nem turística nas estradas. As poucas placas existentes apresentam informações incorretas.

É possível chegar-se a Mateiros em aviões pequenos, pois o município conta com uma pista de pouso de 800 m.

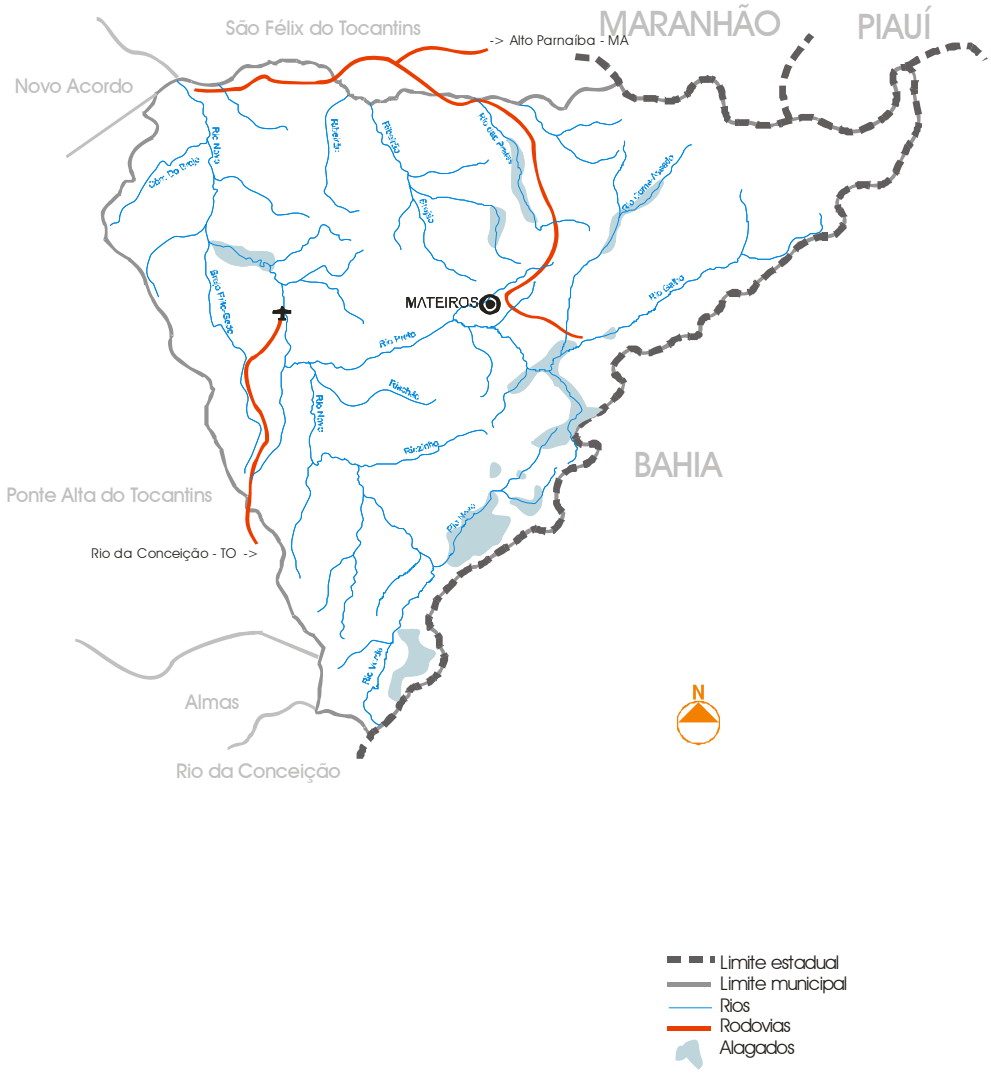


Fig. 2 - Planta do Município

2.1.1. Aspectos Geofísicos

A região do Jalapão, com 34.194,745 km², caracteriza-se pela paisagem árida, de vegetação baixa e rala, alta fragilidade do solo e grande quantidade de água nos nascentes cristalinas, lagos, ribeirões e rios, com numerosas cachoeiras e corredeiras.

A região é formada por extensas áreas com predomínio de areia quartzosa entremeada de latossolos. Na divisa Oeste, verifica-se uma faixa longa e estreita de solos litólicos.

Inseridas na Bacia Sedimentar do São Francisco, as terras do Município apresentam elevada fragilidade, além de serem pobres para a agricultura. Além disso, do ponto de vista da potencialidade do uso da terra, o Município está classificado como Área V - áreas com limitação de uso ou restrição legal, por conter áreas de conservação ou com alta limitação natural para uso (SEPLAN – TO - Atlas do Tocantins, pág. 37-38).

O relevo é uma das riquezas do Município, quer pela beleza cênica, quer pela potencialidade econômica. A divisa Leste é toda marcada pela presença da Serra Geral. Na divisa com o Maranhão, ao norte, encontra-se a Chapada das Mangabeiras. Nas demais regiões do Município, observam-se chapadões e serras, planaltos e savanas. Para os estudiosos, o Jalapão é resultante do oceano que existiu há milhões de anos na região.

A fauna é bastante diversificada, com algumas espécies ameaçadas de extinção. Podem ser observados a capivara, o tamanduá-bandeira, a onça, a paca e o veado-campeiro; pássaros como a arara-canindé, a seriema, urubu-rei, a águia chilena, o tucano-toco, o jacupoi, o mutum-do-sudeste. Entre os peixes podem ser mencionados o piau, o jaú, a piabanha, caranha e traíra, entre outros.

A região é característica de ecótonos entre cerrado e caatinga, com vegetação típica de Cerrado: rasteira, de campo, campo cerrado, cerradão e campo parque e de pastagem plantada e natural (SEPLAN – TO - Atlas do Tocantins, pág. 41/42). Apenas as margens dos cursos de água apresentam vegetação mais espessa de matas ciliares, em faixas estreitas. São muito freqüentes as veredas nas partes mais baixas e úmidas.

O clima é do tipo subúmido seco, com moderada deficiência hídrica. Há duas estações bem caracterizadas: o período chuvoso, de outubro a abril, com precipitação média anual variando entre 1.500 e 1.600

mm, e o período das secas, entre maio e setembro, mais adequado para o turismo. A temperatura média anual oscila entre 26ºC e 27ºC.

Uma das maiores riquezas da região é a quantidade e a limpidez das águas. Há um sem número de córregos, riachos, ribeirões e rios cristalinos cortando o território do Jalapão, além de diversas lagoas. Em suas margens observam-se extensas veredas, freqüentemente cobertas de buritis. A má conservação das estradas, entretanto, tem prejudicado a qualidade das águas e provocado o assoreamento dessas áreas, pela areia e terra trazidas pelas enxurradas.

O Município faz parte do Sistema Hidrográfico do Rio Tocantins, dentro da Bacia do Rio do Sono, segundo maior tributário do Tocantins, com uma vazão média de 765 m³/s. No Município, os principais cursos de água são o Rio Novo e o Rio Preto, ambos com numerosos afluentes.

2.1.2. Unidades de Conservação

Cerca de dois terços do território de Mateiros são compostos por áreas ambientalmente protegidas. Existem 5 Unidades de Conservação no Município, com algumas áreas superpostas. No âmbito federal foram criados:

- Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, criada em setembro de 2001, com 716.000 ha, ainda sem regularização fundiária, para proteger o divisor de águas das bacias hidrográficas do Tocantins e do São Francisco. A maior parte desta Estação (3.553,49 km²) está em terras do município de Mateiros, com nove famílias de moradores, todos parentes entre si;

- APA Federal da Serra da Tabatinga, com 33.780,81 ha, que se estende até o Piauí e protege o entorno de nascentes do Rio Parnaíba;

- Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, criado recentemente, ocupando áreas dos municípios de Mateiros e São Félix do Tocantins e terras do sul do Maranhão e Piauí. Este parque vem ampliar a proteção das nascentes da bacia do Parnaíba, em certa medida já protegidas pela APA Federal da Serra da Tabatinga.

No âmbito estadual, existem:

- APA Estadual do Jalapão, com 392.844,5338 ha, na qual é permitida a ocupação e exploração racional dos recursos naturais;

- Parque Estadual do Jalapão, com 1.558,85 km². Ficam dentro do Parque as Serras da Jalapinha, do Porco e do Espírito Santo. A SEPLAN e o NATURATINS estão estudando uma proposta de redimensionamento deste parque, com vistas a excluir de sua área as parcelas de terras ocupadas por 154 famílias de agricultores e extrativistas. O Parque foi criado seis meses depois da APA do Jalapão, em sobreposição a parte de sua área, o que fez com que ele tivesse como área de entorno a APA Estadual do Jalapão.

Por ainda não ter a sua sede administrativa construída, o Parque Estadual do Jalapão mantém a gerência na cidade de Mateiros. A Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins é gerenciada em Ponte Alta do Tocantins.

Segundo a legislação ambiental, além das Unidades de Conservação, as zonas de entorno dos Parques e Estações Ecológicas merecem cuidado especial. Neste caso, a faixa do território de Mateiros livre de qualquer tipo de proteção ambiental fica extremamente reduzida e limitada a uma pequena parcela no centro-leste do Município.

Fig. 3 - Vegetação

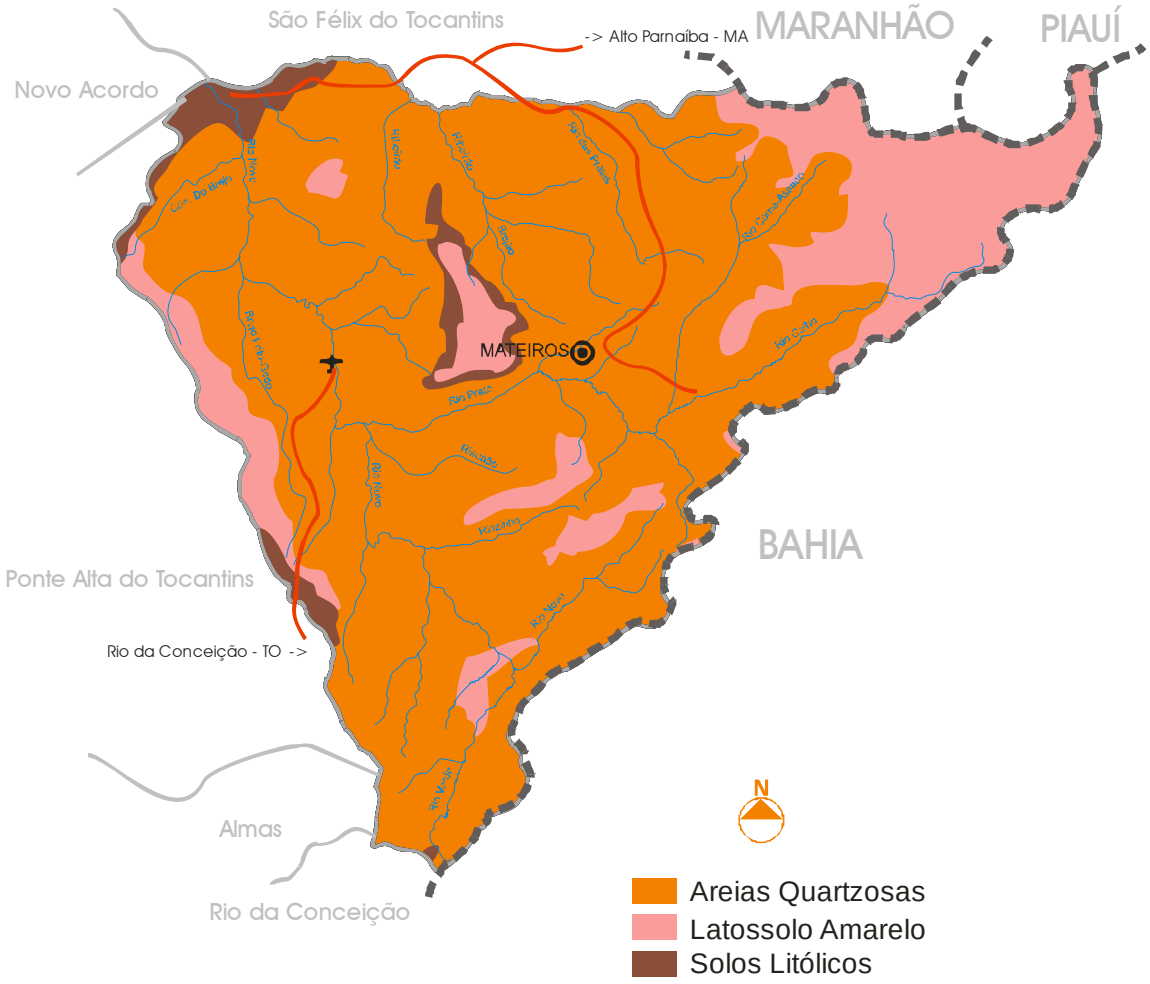


Fig. 4 - Pedologia

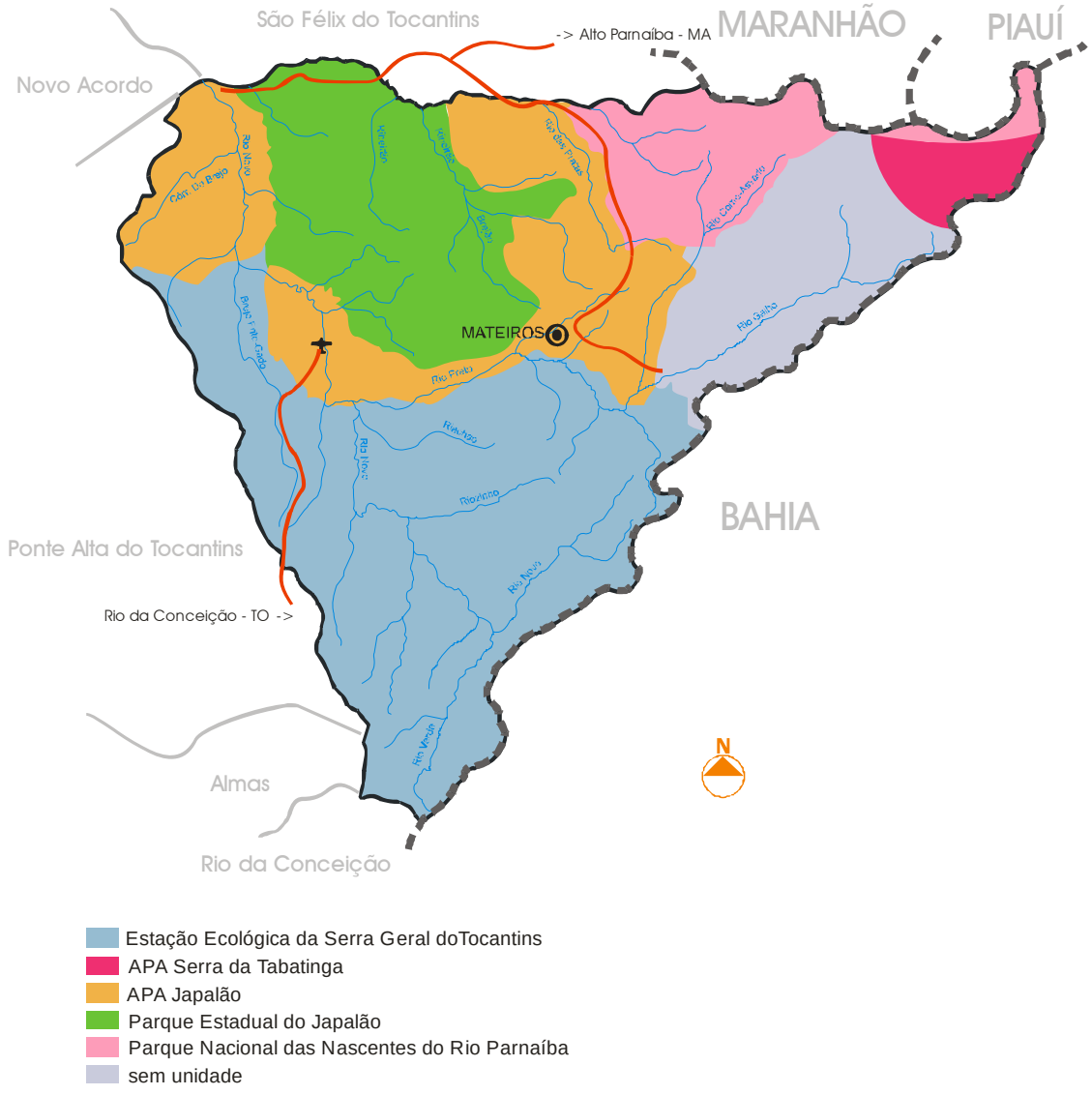


Fig. 5 - Unidades de Conservação

Em torno do Parque Estadual do Jalapão, há pouco mais de 20 pequenas comunidades com cerca de 150 casas e 500 habitantes, o que equivale a aproximadamente 30% da população de Mateiros (Tabela 1).

Tabela 1 – Comunidades existentes em torno do Parque Estadual do Jalapão - PEJ[1]

Localidade	Localização	N.º de Casas	N.º de Moradores		
			Adultos	Crianças	Total
Carrapato / Formiga	Dentro do PEJ	43	39	65	104
Mumbuca	Dentro do PEJ	52	95	74	169
Boa Esperança e região	Dentro do PEJ	54	128	118	246
• As Pedras			02	-	02
• Bacaba			02	07	09
• Boa Esperança			30	29	59
• Borá			18	23	41
• Bragança					
• Brejo Danta			06	12	18
• Taboca			03	01	04
• Brejo dos Cavalos			02	04	06
• Brejo Escuto					
• Brejo da Passagem			09	06	15
• Espírito Santo					
• Forquilha			20	13	33
• Maximino			02		02
• Mumbuquinha			14	14	28
• Pastos Bons			08	06	14
• Praia Rica					
• Rapadura			05	02	07
• Retiro			02	01	03
• Sussuapara / Chupe			04	-	04
• Visão					
• Jacurutu	Parte no Parque				
Capão do Modesto / Lageado	Dentro do PEJ	05	12	12	24
Região da Fazenda Nova	Parte no Parque	24	43	59	102
Margens do Rio Preto e Brejo Grande	Fora do PEJ	15	45	48	93
Região do Galheiro	Parte na Estação Ecológica	16	34	35	69
Prata (em São Félix do Tocantins)	Fora do PEJ	32	123	141	264

Fonte: MMA – PROBIO. Plano de Desenvolvimento Sustentável – entorno do Parque Estadual do Jalapão.

De todas as comunidades no entorno do Parque Estadual do Jalapão, **Mumbuca**, situada entre o Rio Zeado e o Rio Novo, é a mais expressiva e de ocupação mais antiga. A escola mais antiga do Município foi a da Mumbuca, criada em 1917. Atualmente, as terras são de propriedade

[1] O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Estadual do Jalapão, promovido em 2002 pelo Ministério do Meio Ambiente – Projeto de conservação e Utilização Sustentável da diversidade Biológica – PROBIO, traz uma análise sócioeconômica de cada uma dessas comunidades.

de duas senhoras, viúvas de dois netos do primeiro morador do lugar, Antônio Lambert.

A população de Mumbuca é, em sua maioria, composta por descendentes de negros libertos da escravidão, vindos de antigos quilombos da Bahia, que ocupam as margens dos córregos e brejos.

Carrapato / Formiga estende-se do Rio Formiga ao Rio Sono, passando pelo Rio Carrapato, daí o nome da localidade. As famílias aí instaladas estão sediadas às margens dos córregos e brejos. Os primeiros moradores vieram da Bahia, fugindo da seca e da fome. A regularização das terras dessa região foi feita em 1980, pelo IDAGO. Boa parte dos moradores vendeu seu direito de posse a pessoas de fora que, não raro, deixaram de explorar as terras que adquiriram. Parte dos moradores não tem título de propriedade da terra; outros o têm, mas não registrado em Cartório de Registro de Imóveis.

Boa Esperança e região é formada por um corredor que vai de Boa Esperança até a região do Prata, em São Félix do Tocantins, passando pelo Brejo Por Enquanto e pelo Rio Sono.

Os primeiros moradores ocuparam essas localidades há aproximadamente 40 anos e os atuais moradores instalaram-se às margens dos córregos e brejos, como nas demais localidades do Município.

Capão do Modesto e **Lageado** são as áreas mais isoladas no Município. Os seus primeiros habitantes vieram do Piauí e Bahia. Os atuais moradores ocupam terrenos às margens do Rio Novo.

A Região do **Galheiro** localiza-se nas margens do Córrego Galheiro, afluente do Rio Sono, enquanto a Região da **Fazenda Nova** fica entre os Rios Sono e Prata, na divisa com o município de São Félix do Tocantins. Seus moradores distribuem-se ao longo das margens dos córregos e brejos, tributários desses dois rios.

Próxima à sede de Mateiros, está localizada a comunidade **denominada Margens do Rio Preto e Brejo Grande**, surgida por volta de 1950, com os primeiros moradores originários do Piauí. Tem este nome por situar-se às margens dos dois cursos de água, onde desenvolve a pecuária e a agricultura de subsistência. Como esta localidade fica muito próximo da sede do Município, alguns proprietários residem na cidade; entretanto, a maioria mora na própria localidade.

A criação das diferentes Unidades de Conservação com uso restrito de suas terras dificulta sobremaneira a atividade econômica no Município. Como boa parte da população rural vive nessas áreas e tira das veredas aí existentes o seu sustento, seja pela criação de gado nos pastos de refrigério (brotos de capim) que nascem após as queimadas, seja pelas lavouras aí plantadas, pois é onde a fertilidade do solo é maior para as práticas agrícolas tradicionais, ou pela extração do capim dourado e da palha do buriti para a produção artesanal.

2.1.3. Áreas de preservação permanente

Por se tratar de uma região de baixa densidade populacional, na qual a principal atividade econômica é a pecuária extensiva, com aproveitamento de pastagens naturais, que não levou ao desmatamento das margens dos rios e nascentes em grande intensidade, algumas dessas áreas de preservação permanente são razoavelmente bem conservadas. Outras, entretanto, foram utilizadas para a agricultura, feita exatamente nas vazantes, de terras mais férteis. Aí houve desmatamento e queimadas, com evidente degradação do ecossistema original.

O fato de muitos proprietários não se interessarem pela exploração das terras, alguns nem as conhecendo, o pouco conhecimento dos agricultores e pecuaristas residentes nessas terras quanto aos eventuais danos resultantes de práticas tradicionais inadequadas e a não existência de uma fiscalização ambiental efetiva facilitam a ação antrópica predatória.

No espaço urbano da sede do Município, as enxurradas têm carreado lixo e areia para os cursos d'água, com conseqüente assoreamento e poluição, principalmente pela ausência de drenagem pluvial e pela inexistência de coleta sistemática do lixo e de varrição das ruas.

No Fervedouro, poço de água morna e borbulhante em decorrência das nascentes que brotam da areia, as margens estão bastante degradadas pela ocupação irregular dessa área e pela quantidade de visitantes e turistas. O acesso a este atrativo é feito por uma estreita estrada de terra, em terreno frágil e úmido, impróprio à circulação de veículos, já bastante impactado, com voçorocas de dimensões consideráveis.

O afluxo crescente de turistas aos demais atrativos naturais do Município começa a deixar marcas dos efeitos degradantes do seu uso indisciplinado e não regulamentado.

2.2. Espaços Territorial e Urbano

2.2.1. Estrutura Fundiária

As terras rurais do Município estão, em grande parte, tituladas, ainda que muitos dos proprietários nunca tenham estado em Mateiros e tenham adquirido essas terras como estoque patrimonial. Assim, muitas delas continuam ocupadas por seus antigos moradores, atualmente na condição de posseiros. Muitos outros moradores da área rural adquiriram os títulos, mas não os registraram ou, por não terem qualquer documento de identidade, registraram suas glebas em nome de outras pessoas que tinham tal documento.

Segundo o Censo Agropecuário de 1996, realizado pelo IBGE, última informação oficial disponível, havia um predomínio de propriedades com área entre 100 e 1.000 ha, com 46,72% dos estabelecimentos e 60,65% da área ocupada, conforme indicado na Tabela 2. Esta situação não sofreu mudanças significativas nos últimos anos.

Tabela 2 – Estrutura Fundiária

Grupos de áreas (ha)	Estabelecimentos		Área	
	Número	%	ha	%
Até 10	21	19,63	74,39	0,26
10 a 100	30	28,04	1.449,29	5,02
100 a 1.000	50	46,72	17.499,18	60,65
1.000 a 10.000	06	5,61	9.829,99	34,07
TOTAL	**107**	**100,00**	**28.852,85**	**100,00**

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário - 1996

A cidade também apresenta situação de irregularidade, uma vez que os lotes ainda não foram regularizados, apesar de o título de domínio da área de 163.86,97 ha, destinada à sede do Município, ter sido emitido pelo INTERTINS e registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Mateiros, em 1998. Acontece que a desapropriação das terras destinadas à implantação da cidade foi feita pelo estado do Tocantins que não as repassou ao Município em função de este não haver cumprido os requisitos necessários para o processo de transferência de propriedade. Há uma ação judicial em curso para a regularização dos lotes, proposta pela Prefeitura Municipal em 1999.

2.2.2. Caracterização dos Espaços Territorial e Urbano

A maior parte das terras do Município está na área rural, muitas delas ocupadas por posseiros. A maioria dos moradores rurais dedica-se à pecuária bovina, à agricultura de subsistência ou ao extrativismo. Comunidades como a de Mumbuca dedicam-se, ainda, à produção, em forma associativa, do artesanato com capim dourado e palha de buriti, comercializado no local.

A sede do Município é pequena, com um loteamento em malha ortogonal, uma avenida central com duas pistas e ilha central, ainda não implantada. As demais ruas são todas largas. Não há pavimentação, calçadas ou arborização. A fragilidade do solo e a declividade do sítio urbano fazem com que no período chuvoso as enxurradas provoquem grande estrago nas vias, dificultando a circulação dos veículos.

O primeiro loteamento foi feito ainda pelo município de Ponte Alta e chegava até a Rua 11. Posteriormente, este loteamento foi ampliado, ganhando a configuração atual. O primeiro Prefeito de Mateiros, ao assumir a Administração Municipal, deu, vendeu ou sorteou alguns lotes para os moradores, embora esses terrenos legalmente ainda não pertencessem ao Município. Em janeiro de 1995, foi aprovada uma Lei Municipal estabelecendo que os lotes particulares sem construção até 31 de dezembro de 1996 retornariam ao domínio do Poder Público Municipal. Em 1997, o segundo Prefeito eleito fez nova “doação” de lotes, mas o prazo máximo para o início da construção foi reduzido para 6 meses. Mateiros tem atualmente o terceiro mandatário que continua autorizando a construção em lotes da cidade, mesmo sem a regularização dos mesmos.

Os lotes são regulares, com área entre 400 e 600m². Há espaço para duas grandes praças, não implantadas. Na primeira existe uma espécie de mini anfiteatro, onde havia uma televisão comunitária instalada para a população. Atualmente, este espaço está deteriorado, sem utilização.

Na outra praça, localiza-se o prédio da Prefeitura Municipal com as Secretarias e um posto dos Correios, que não funciona.

Do lado oposto da praça, uma quadra esportiva encontra-se em avançado estado de deterioração. Adjacente a ela existe um centro comunitário e um campo de futebol, sem grama, onde a população costuma praticar este esporte.

Há um templo da Assembléia de Deus, em constante atividade e um salão paroquial da Igreja Católica, sem padres. Esporadicamente, um sacerdote de Taquaralto vai celebrar missa em Mateiros.

Não há uma setorização quanto aos usos dos espaços urbanos. Como a cidade é quase toda ocupada por residências, as poucas edificações destinadas a outros usos, como escolas e pequenos estabelecimentos comerciais, distribuem-se entre os espaços habitacionais.

2.3. Habitação

As casas do início do povoamento, na sua maioria, eram feitas de adobe ou taipa e cobertas com palha. Atualmente, são construídas em alvenaria com telhas cerâmicas. São construções térreas, geralmente feitas em duas águas, na testada dos lotes, com porta e uma ou duas janelas na fachada.

A Prefeitura, com recursos do governo do Estado tem programada a construção de casas populares, em duas etapas, para atender a população que mora na área rural mas mantém filhos na escola e aqueles que moram em casa de terceiros. A primeira delas, implantada nas Ruas 11 e 12 com a Av. Maranhão, em execução, deve construir 24 casas. Na segunda etapa, estão previstas mais 25 casas. A Associação dos Artesãos e Pequenos Agricultores e Pecuaristas de Mateiros construiu mais 5 casas populares.

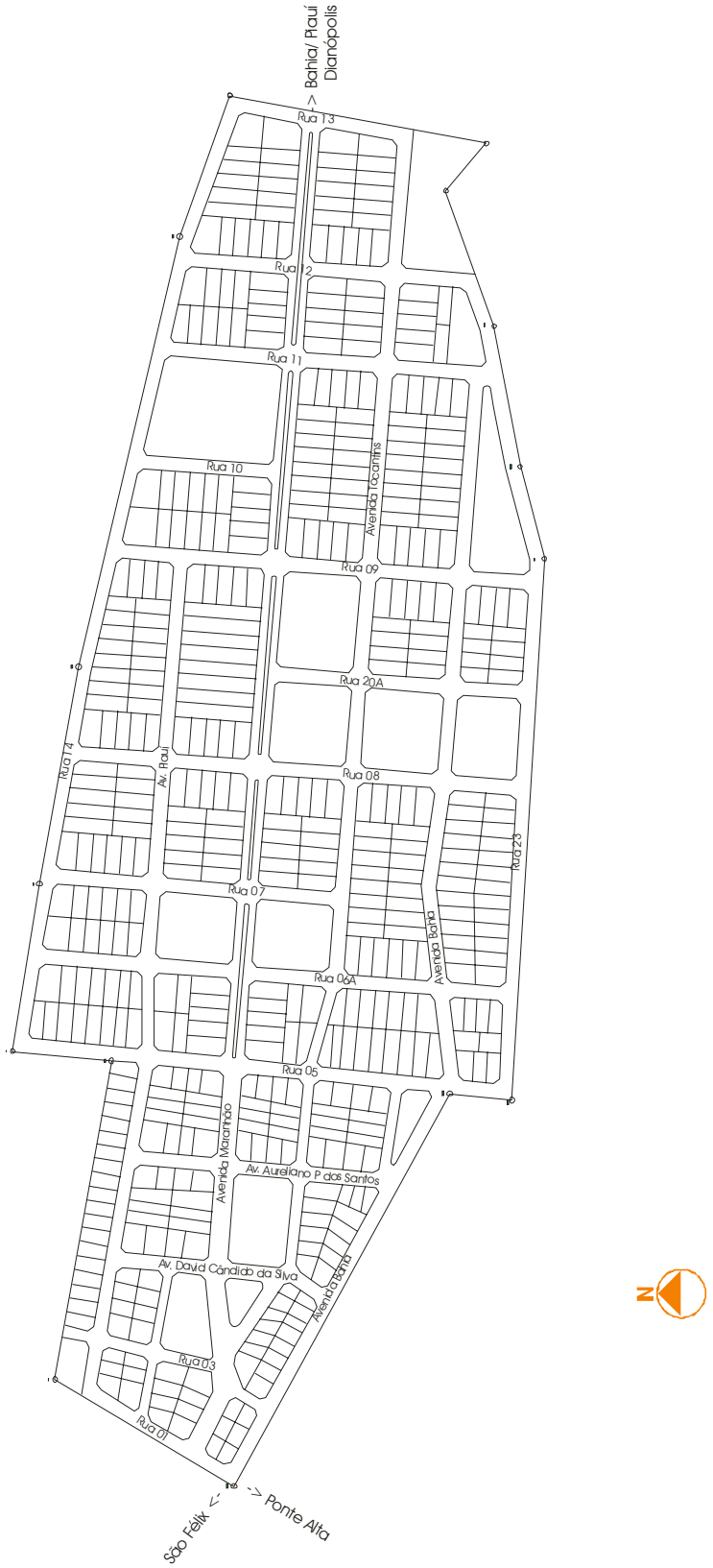


Fig. 6 - Cidade de Mateiros

Fig. 7 - Vista aérea da cidade

Fig. 8 - Avenida Maranhão (principal)

Fig. 9 - Vista parcial da cidade

Fig. 11 - Estabelecimento comercial

Fig. 10 - Habitação original típica

2.4. Saneamento Ambiental

2.4.1. Abastecimento de Água

A água para abastecimento é adequadamente captada em 2 poços profundos (50m), com vazão prevista de 18.000 l/hora. A água é apenas clorada no reservatório e o abastecimento não atende toda a população.

Verifica-se um razoável desperdício de água em decorrência dos freqüentes vazamentos na rede de abastecimento e da dificuldade de sua manutenção.

A área na qual estão sendo construídas novas residências e as casas populares, extremo leste da cidade, ainda é carente de abastecimento de água.

A comunidade de Mumbuca é abastecida por meio de um poço profundo, com reservatório para a distribuição.

2.4.2. Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial

A rede de esgotamento sanitário foi concluída em abril deste ano, mas ainda não está em efetiva operação. Deve atender toda a cidade, à exceção do extremo leste da cidade, trecho I, onde estão sendo construídas as casas populares. O tratamento é feito por meio de lagoa de oxidação.

A abertura das valas para a instalação da rede coletora no período chuvoso provocou erosão nas vias, dificultando a circulação de veículos praticamente em toda a cidade.

Está sendo desenvolvido no Município, com recursos da FUNASA, um programa para a construção de 209 banheiros e instalações sanitárias nas residências.

Não existe rede de águas pluviais, sendo a drenagem superficial, com visíveis danos às vias, em função da fragilidade do solo.

2.4.3. Resíduos Sólidos

A coleta de lixo não é feita diariamente. Quando recolhido, o lixo é transportado em carreta puxada por trator e lançado em terreno a céu aberto (“lixão”), a 3 km da estrada que leva à Ponte Alta do Tocantins. É freqüente a queima do lixo nos quintais das residências.

A localização do lixão próxima ao campo de pouso mostra-se inadequada. Estão sendo desenvolvidos estudos para a identificação de uma área para a implantação de aterro sanitário no Município.

Não existe serviço de varrição das ruas nem de capina regular dos terrenos desocupados ou baldios.

Fig. 12 - Reservatórios de água

Fig. 14 - Sistema de esgotamento sanitário

Fig. 13 - Instalação sanitária padrão

Fig. 15 - Lagoa de oxidação

Fig. 16 - Erosão nas ruas

2.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública

A energia elétrica é fornecida pela CELTINS, atendendo a sede do Município e a comunidade de Mumbuca. Aproximadamente a metade das ligações residenciais é clandestina, feita com gambiarras, pois não há rede de energia ou de iluminação pública de onde puxar as ligações para as residências na maior parte da cidade.

Existe iluminação pública apenas na praça onde se localiza o Colégio Estadual, no trecho da Avenida Maranhão, entre esta praça e a Prefeitura Municipal e em 3 ruas transversais a este trecho da avenida, até a primeira paralela a ela, a Avenida Piauí. São freqüentes as oscilações de voltagem ou cortes no fornecimento de energia. Não há eletrificação rural no Município.

2.6. Comunicação

Em Mateiros, não há entrega domiciliar de correspondência pela ausência de transporte regular para a cidade, apesar da existência de um Posto dos Correios, na Prefeitura Municipal, para pagamento dos funcionários, feito em espécie, pois não existem agências bancárias na cidade. Uma vez por mês, um funcionário do governo chega a Mateiros para efetuar o pagamento de pensões e aposentadorias ou de outros benefícios como a bolsa-escola. Quando algum morador deseja enviar uma correspondência, solicita a este funcionário que faça a postagem ao retornar a Palmas.

O serviço de telefonia fixa foi implantado em março deste ano. Além dos telefones domiciliares, foram instalados 5 telefones públicos na cidade. Não existe telefonia celular.

É possível acessar a rede de televisão Cultura, por uma antena repetidora existente na cidade. As demais redes só podem ser captadas por antenas parabólicas domiciliares. Não existem rádio, jornal nem bancas de revistas na cidade.

2.7. Sistema Viário e Transportes

As ruas são todas sem pavimentação nem calçadas. Durante o período chuvoso, as enxurradas provocam danos significativos nas vias e a conservação fica praticamente inviabilizada pela fragilidade do solo. Apenas após o início da estação seca é que se conseguem recuperar as vias.

Até o mês de março, não havia sistema de transporte urbano nem intermunicipal. A partir de abril, um microônibus, sem concessão, começou a fazer o transporte de passageiros até Palmas, passando por Ponte Alta e Porto Nacional. Também está prevista a operação da linha intermunicipal até Formosa do Rio Preto, a ser feita por um ônibus.

O transporte de carga é altamente oneroso, em virtude da má qualidade das estradas e pontes, o que inviabiliza a possível comercialização de eventuais excedentes de produção fora do Município.

A cidade conta com uma frota de 39 veículos.

3 - DIMENSÃO SOCIAL

3.1. Aspectos Demográficos

O Censo Demográfico de 2000 registrou uma população de 1.642 pessoas no Município, distribuídas entre a área urbana – 636 e a área rural – 1.006. Observa-se um ligeiro predomínio da população masculina, com 841 homens e 801 mulheres. A taxa de crescimento populacional anual, no período 1996/2000, foi de 2,46%. No período intercensal ocorreu um lento crescimento populacional, observado particularmente na população urbana (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução Populacional 1991 - 2000

População	1991		1996		2000	
Urbana	374	27,22%	482	32,35%	636	38,73%
Rural	1.000	82,78%	1.008	67,65%	1.006	61,27%
Total	**1.374**	**100,00%**	**1.490**	**100,00%**	**1642**	**100,00%**

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991 e 2000 - Contagem da População 1996

Na distribuição da população por gênero, percebe-se uma inversão na década. Enquanto em 1991 havia uma ligeira predominância feminina, em 1996 as populações dos dois gêneros praticamente se equiparam e os resultados de 2000 mostram que os homens superaram ligeiramente as mulheres (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição da população por gênero – 1991-2000

População	1991		1996		2000	
Homens	662	48,18%	751	50,40%	841	51,22%
Mulheres	712	51,82%	739	49,60%	801	48,78%
Total	**1.374**	**100,00%**	**1.490**	**100,00%**	**1.642**	**100,00%**

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991 e 2000 - Contagem da População 1996

A população de Mateiros é bastante jovem, com quase metade dos habitantes formada por menores de idade. Na década de noventa, observou-se um movimento de migrantes de outros municípios do Tocantins ou de outras Unidades da Federação para o Município.

3.2. Aspectos Culturais

Existe na cidade uma Biblioteca Municipal. A escola estadual dispõe de uma sala de leitura com alguns livros para consulta dos alunos, mas tanto as instalações quanto o acervo não chegam a caracterizar uma biblioteca.

Como festas tradicionais, podem ser mencionadas a do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade, celebrada em maio, a Festa dos Evangélicos, celebrada em agosto, às margens do rio Novo, as Festas Juninas e o Aniversário da cidade, comemorado no dia 20 de fevereiro, data da emancipação.

Anualmente a escola estadual promove uma Feira da Ciência e Cultura, como forma de despertar nos alunos o interesse pelo estudo e pesquisa.

O prato típico do lugar é o pirão, feito com farinha de mandioca. Tradicionalmente come-se pirão como acompanhamento de todas as carnes. Como culinária característica do Município devem ser mencionados também a paçoca (carne de sol frita e pilada com farinha de mandioca), o arroz com pequi, a galinhada, o arroz frito com açafrão (o arroz é colhido verde e torrado) e o arroz marizabel (cozido com carne de sol). Também são apreciados o doce de buriti, o bolo de arroz, o beiju de coco, a “sebereba” de buriti, a rapadura “batida” e os licores de jenipapo e caju.

O artesanato é predominantemente produzido com o capim dourado e a palha do buriti e se consiste em chapéus, cestas, bolsas, porta-jóias, esteiras, peneiras etc. Também são produzidos objetos de madeira como colheres, pilões, carros de brinquedo etc.

O produto artesanal é vendido nas próprias residências, no povoado da Mumbuca, nos municípios vizinhos e na FEICOARTE, em Palmas. Mais recentemente, tem sido exportado para outros estados, onde é comercializado nos shopping centers, com boa aceitação.

Fig. 17 - Colheita do capim dourado

Fig. 18 - Artesã em Mumbuca

Fig. 19 - Preparação da seda do buriti

Fig. 20 - Produtos artesanais

Crédito
Fotografias: Lena Trindade
Publicação: Jalapão - Natureza e Arte no Paraíso Dourado do Tocantins

Em Mateiros existem alguns grupos folclóricos, formados por sanfoneiros e violinistas que preservam as tradições locais e se apresentam quando solicitados.

Grande parte da população da sede do município é evangélica. No templo da Assembléia de Deus, é praticado o culto semanal. Um coral evangélico foi formado nesta igreja, em 1989, e continua atuante.

O salão paroquial da Igreja Católica é aberto aos sábados e domingos para orações coordenadas pelos próprios moradores e, uma vez por mês, vem um padre celebrar missa. A Congregação Cristã e Batista promove cultos em reuniões domiciliares.

Na zona rural a maioria é católica, à exceção do Povoado de Mumbuca, que é evangélico.

3.3. Educação

Existem sete escolas municipais na área rural e uma pré-escola na sede do Município que conta, também, com uma escola estadual.

As escolas rurais trabalham com o método de ensino multisseriado e boa parte dos professores não tem o ensino médio completo. É alto o índice de evasão pelas grandes distâncias e falta de transporte escolar.

A escola estadual Stefânio Telles das Chagas, na sede do Município, ministra o ensino básico completo e o ensino médio. Mesmo assim, o nível de escolaridade da população é bastante baixo, inferior à 4ª série do ensino básico.

Há 9 professores municipais, dos quais 8 têm o nível médio e 1 tem curso superior. São 13 os professores estaduais, 11 deles com nível superior. Os professores ressentem-se da falta de oportunidades de capacitação e dos baixos salários.

Há constantes reclamações quanto à interrupção das aulas por cortes no fornecimento de energia e por falta de professores que se ausentam para capacitação sem que haja possibilidade de outros colegas suprirem as lacunas deixadas.

A merenda escolar é a única refeição do dia para muitos alunos. Não são utilizados produtos da região na sua preparação. Apenas a carne é comprada no Município.

Em 2001, por iniciativa dos professores da escola estadual, foi comemorada a Semana do Meio Ambiente, com a participação das escolas rurais. No ano seguinte, a comemoração restringiu-se ao Dia Internacional do Meio Ambiente.

3.4. Esporte e Lazer

Não há equipamentos de esporte e lazer em Mateiros, a não ser um campo de futebol bastante rudimentar. Mesmo assim, existe um time de futebol da cidade que participa de torneios regionais.

Em função da falta de equipamentos e espaços apropriados, as oportunidades de lazer são mínimas, reduzindo-se à televisão ou a bate-papos em frente às casas.

3.5. Promoção Social

Estão implantados no Município o Programa de Pioneiros Mirins e a Bolsa Escola, para aproximadamente 50 participantes.

Mensalmente são distribuídas cestas básicas a famílias cadastradas pela Administração Municipal.

3.6. Saúde

O Município conta com um Posto de Saúde e com uma equipe de profissionais composta de 1 enfermeira, 1 técnico em enfermagem, 1 auxiliar e 4 agentes de saúde. Atualmente, o atendimento médico é feito de sexta-feira a domingo por uma médica de Palmas que se desloca semanalmente a Mateiros.

A Prefeitura Municipal acaba de contratar 1 odontólogo e 1 técnico em programação e operação de computadores, para fazer o controle operativo do SUS, ainda não implantado no Município por falta de equipe completa de saúde. O odontólogo, entretanto, ainda não iniciou suas atividades.

Há uma farmácia básica no Posto de Saúde para distribuição de remédios à população.

As doenças mais comuns são verminose, diarréias, hipertensão arterial e doença de Chagas. Registram-se também casos de hanseníase e doenças venéreas, muitas delas causadas pela má condição de saneamento e baixo nível de informação da população quanto a cuidados básicos de higiene.

O Município não dispõe de ambulância. Também não há farmácia. Quando necessário, é fretada uma camioneta para transporte de algum doente que deva ser removido para tratamento em outra cidade.

3.7. Segurança Urbana

O Município não apresenta problemas mais graves de violência. Não há cadeia na cidade e as ocorrências, geralmente, estão relacionadas com embriaguez e perturbações dela decorrentes. Por vezes ocorrem pequenos furtos praticados por menores, quase sempre sem o correspondente registro de ocorrência. Existe um destacamento policial, formado por 1 cabo e 2 soldados atuando no Município.

4 – DIMENSÃO ECONÔMICA

4.1. Dinâmica Econômica

A economia do Município está fundamentada na pecuária bovina de pequeno porte, exercida de forma extensiva, e na agricultura de subsistência, ambas sem emprego de muita tecnologia. São cultivados o milho, feijão, arroz, a mandioca, o gergelim e a cana-de-açúcar.

Também se extraem frutos, como o pequi, buriti, mangaba, puçá e fibras naturais para a confecção de produtos artesanais.

A fragilidade e pobreza do solo, a inexistência de uma política agrícola efetiva, a má qualidade e estado de conservação das estradas, o grande número de pequenas propriedades com trabalhos isolados, sem escala de produção e organização capazes de conferir competitividade aos produtos, a pouca assistência técnica e a dificuldade de obtenção de crédito e financiamento, pela não comprovação da titularidade das terras dificultam o desenvolvimento das atividades rurais.

Não existem indústrias no Município. Existe uma padaria e uma produção caseira de pães, feitos por uma senhora que também fornece refeições, desde que encomendadas previamente.

Há uma pousada com 4 quartos que não oferece refeições. Duas outras estão em construção, ambas de pequeno porte. Existe um único restaurante, recentemente aberto. A cidade conta, ainda, com um posto de combustíveis.

O artesanato, produzido a partir do capim dourado (Syngonantus sp) e da fibra do buriti, de boa aceitação, graças à sua beleza e singularidade, originalmente realizado principalmente pelas mulheres, tem crescido e vem se revelando uma alternativa econômica, o que começa a provocar o envolvimento de homens e crianças e aumentado a renda das famílias.

4.2. Abastecimento

Há 6 pequenos estabelecimentos comerciais que vendem um pouco de tudo. Não há matadouro. Os animais são abatidos de forma

irregular. Existe 1 loja de eletrodomésticos e móveis, 1 posto de gasolina, com funcionamento precário, uma lanchonete, ligada ao templo evangélico, além de cerca de 10 barzinhos que vendem somente bebidas. Recentemente foi instalado uma “Caixa Aqui”, da Caixa Econômica Federal, na cidade.

4.3. Potencialidade Turística

Os principais atrativos turísticos de Mateiros são:

- as dunas da Serra do Espírito Santo, com mais de 20m de altura, e uma lagoa próxima com diversas espécies de peixes e jacarés;

- o Rio Novo, com a cachoeira da Velha, em forma de dupla ferradura, de cerca de 15m de altura, praias no período da seca e corredeiras, propícias à pratica do *rafting*;

- as cachoeiras do Formiga e do Vicente, no Córrego Formiga;

- o Fervedouro, poço de águas mornas e borbulhantes que transmite ao banhista a sensação de estar flutuando em função da força das nascentes na areia onde ele se forma; e

- a Pedra da Baliza, próxima à divisa do Tocantins com a Bahia, Piauí e Maranhão, fronteira múltipla que no Tocantins só ocorre em Mateiros.

Merecem destaque, ainda, passeios feitos a partir de Mateiros até a cachoeira da Sussuapara e a Pedra Furada, em Ponte Alta do Tocantins. O povoado de Mumbuca, onde os descendentes do antigo Quilombo confeccionam, de forma cooperativada, o artesanato com capim dourado, é outro ponto bastante visitado.

O Parque Estadual do Jalapão e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba também representam um significativo potencial turístico, embora ainda não tenham definidos os seus planos de manejo e uso público.

Além desses, as formações rochosas, diversos outros fervedouros e as cachoeiras próximas apresentam potencial para exploração turística, por meio de trilhas ecológicas.

Atualmente o turismo é explorado de maneira ainda incipiente por operadoras de fora, principalmente de São Paulo, e pela Pousada do Jalapão, localizada entre Mateiros e Ponte Alta, com uma agência em Palmas. O interesse manifestado pelos turistas tem sido crescente. Encontra-se em fase de implantação uma outra pousada, vizinha à futura sede administrativa do Parque Estadual do Jalapão, na Fazenda Santa Rosa, composta por alguns chalés dispostos em torno de uma construção central destinada a área de refeição, lazer e convivência.

O Município é participante do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. Já realizou as três fases de oficinas propostas pelo Programa e criou o Conselho Municipal de Turismo que, todavia, não opera efetivamente.

Fig. 21 - Dunas do Jalapão

Fig. 22 - Dunas do Jalapão

Fig. 23 - Pedra da Baliza

Fig. 24 - Cachoeira da Velha

Fig. 25 - Cachoeira da Formiga

Fig. 26 - Povoado de Mumbuca

Fig. 27 - Fervedouro

Fig. 28 - Corredeiras do Rio Novo

5 - DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

5.1. Capacidade de Administração e Gestão

A Administração Municipal é composta pelo Gabinete do Prefeito e pelas Secretarias de Ação Social, Administração, Educação, Finanças, Saúde, Meio Ambiente e Agricultura, que cuidam de todos os aspectos da gestão municipal. Havia uma Secretaria de Turismo, recentemente extinta.

A receita é composta basicamente pelas transferências constitucionais, principalmente a cota parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

A gestão do Parque Estadual do Jalapão é de responsabilidade do NATURATINS, que mantém, para isso, uma equipe técnica em Mateiros.

O Plano de Uso e Ocupação e a fiscalização da APA Estadual do Jalapão também são de responsabilidade do NATURATINS.

5.2. Bases Cartográficas

O Município não dispõe de base cartográfica atualizada. Tem somente a planta do loteamento da sede do Município, na escala 1:1000, com curvas de nível de metro em metro. Pela ausência de levantamento cadastral, não há uma planta de valores para a cobrança do IPTU. Este é cobrado pelo direito de ocupação dos terrenos que ainda não estão regularizados, com um valor quase simbólico, na maioria abaixo dos dez reais e, nos casos extremos, não chega a ultrapassar os vinte reais. A arrecadação anual prevista por este imposto para 2003 é de R$ 1.000,00.

5.3. Legislação

O Município não dispõe das Leis de Parcelamento do Solo Urbano, de Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas nem dos Códigos de Edificações e de Posturas.

A elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e das Prestações de Contas da Execução Orçamentária são terceirizados a um Escritório de Contabilidade, em Palmas.

5.4. Terceiro Setor

A população de Mateiros mostra elevada capacidade de mobilização e participação na discussão dos problemas do Município e da região e tem se manifestado de forma efetiva nas reivindicações quanto ao seu processo de desenvolvimento e à proteção dos recursos naturais do Jalapão.

Foi com essa capacidade de mobilização e reivindicação que se manifestou na audiência pública para a discussão dos limites do Parque Estadual do Jalapão, apresentando à SEPLAN e ao NATURATINS proposta de redimensionamento do Parque, para excluir de sua área faixas de terra ocupadas há décadas por comunidades da região.

Da mesma forma participou efetivamente das discussões e proposições para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável - Entorno do Parque Estadual do Jalapão, projeto desenvolvido pelo MMA / PROBIO, que analisa detalhadamente a situação atual e define estratégias para o desenvolvimento sustentável da região, considerando as dimensões social, econômica, ambiental e cultural. Respondeu também de forma participativa à Oficina de Planejamento do Corredor Ecológico Jalapão – Chapada das Mangabeiras

As mais de 20 comunidades existentes na área do entorno do Parque são organizadas e coesas, em torno de uma liderança claramente identificável.

Assim, os estudos anteriores e as propostas apresentadas por elas serão consideradas na formulação do Plano Diretor para o Município.

Estão estruturadas e atuantes em Mateiros:

Associação dos Artesãos e Pequenos e Médios Agricultores e Pecuaristas de Mateiros, criada em 2001 pela fusão da Associação Evangélica e da Associação de Produtores Rurais. Tem cerca de 90 sócios e sede na cidade de Mateiros**.** Congrega diversos segmentos da sociedade local, sendo um dos principais grupos de interesse da área de entorno, tanto do Parque Estadual do Jalapão como da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.

Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado da Mumbuca, que representa as comunidades residentes dentro da área do Parque Estadual do Jalapão. Acompanha atentamente os estudos da SEPLAN e NATURATINS para o redimensionamento do Parque. Tem promovido a discussão sobre estratégias que visem o manejo dos recursos naturais como forma de integração das comunidades no processo de conservação da natureza.

Escola Estadual Stefânio Telles das Chagas – conta com o **Grupo de Educação Ambiental de Mateiros**, composto de professores da escola com o apoio do IBAMA/TOCANTINS. Estimula e cria condições para atividades extra classe, relacionadas ao meio ambiente. É uma entidade aberta a parcerias com outras organizações, principalmente no campo da educação ambiental.

Grupo das Artesãs de Mateiros, formado por mulheres artesãs da sede do Município e trabalha, basicamente, com o capim dourado.

Grupo de Turismo e Comércio, constituído por comerciantes locais e pessoas que trabalham ou se interessam pelo turismo na região, por entender essa atividade como uma alternativa viável para o desenvolvimento municipal.

6. PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E RISCOS

A análise da documentação disponibilizada, dos estudos e planos elaborados anteriormente, com participação da sociedade, das entrevistas feitas e dos resultados da 1ª Oficina de Planejamento para discutir o desenvolvimento municipal permitem relacionar alguns **pontos fortes**, como fatores internos ao Município que possam favorecer seu desenvolvimento – e **pontos fracos,** que podem dificultar o desenvolvimento sustentável.

Também é possível verificar, na relação que Mateiros mantém com a região em que se insere, aspectos positivos - **oportunidades** - e negativos - **riscos** - para o desenvolvimento sustentável do Município.

Relacionam-se no Quadro 1, a seguir, os principais fatores internos ou aspectos externos identificados:

Quadro 1 – Fatores positivos e negativos para o desenvolvimento municipal sustentável

PONTOS FORTES - OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS - RISCOS
Região preservada	Acesso, estradas e meios de transporte deficientes
	Má qualidade e conservação das estradas de ligação aos municípios vizinhos
	Alto custo das mercadorias decorrente das dificuldades de transporte
Beleza e singularidade da região do Jalapão	Risco de degradação por uso não controlado dos fluxos turísticos
	Má qualidade das estradas de acesso aos atrativos
	Solo frágil
Concentração de atrativos turísticos no Município	Abertura de estradas secundárias e desvios com dano ambiental
	Falta de infra-estrutura para atendimento ao turista
	Turismo desorganizado
	Pouco preparo da população para atendimento ao turista
Quantidade de água e de peixes	Poluição por lixo e degradação das margens e nascentes por queimadas
	Pesca predatória
Riqueza da fauna	Caça predatória
Preservação da natureza	Queimadas descontroladas

Continua

Continuação

PONTOS FORTES - OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS - RISCOS
Artesanato	Não há cursos profissionalizantes
Singularidade do capim dourado	Colheita inadequada do capim dourado
Cultura local	Desinteresse dos jovens pela cultura local
Unidades de Conservação existentes	Desapropriação das terras incluídas nas Ucs e Reassentamento da população
Composição arenosa do solo que retém, filtra e reserva água na estação seca	Propensão à erosão
Água potável, limpa e abundante	Falta de água em algumas áreas da cidade
Rede de esgoto e lagoa de oxidação em fase final de construção	Rede de esgoto ainda não implantada efetivamente
Cidade limpa	Coleta irregular do lixo
	Disposição do lixo em local inadequado
	Não separação nem reciclagem do lixo
	Desinformação da população local quanto aos problemas do lixo
Ligação do Município à rede de fornecimento de energia elétrica estadual	Oscilação e cortes freqüentes no fornecimento de energia elétrica
	Iluminação pública apenas em poucas vias
	Alto custo da energia elétrica
Implantação de serviço de telefonia	Depredação dos telefones públicos
	Inexistência de Correios
População jovem	Poucas oportunidades de educação e de trabalho
	Inexistência de cursos profissionalizantes
	Inexistência de campos e quadras esportivos e de parques infantis
	Inexistência de praças, jardins e arborização
Inexistência de latifúndios	Baixo nível de tecnologia nas atividades rurais
	Baixa produtividade da agricultura e pecuária
	Pouca assistência ao pequeno produtor rural
	Terra fraca para a agricultura e pecuária
	Uso indevido das margens dos rios
	Não controle de vacinação dos rebanhos
	Desmatamento e queimadas descontroladas

Continua

Continuação

PONTOS FORTES - OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS - RISCOS
Maior parte do Município ambientalmente protegida	Poucas alternativas de exploração econômica do território não protegido
	Insatisfatória assistência técnica aos pequenos produtores
	Carência de estudos de alternativas econômicas
Tranqüilidade e segurança	Infra-estrutura de segurança insatisfatória
	Falta de oportunidades de trabalho
	Poucas opções de lazer para a população local
Alto nível de participação da sociedade nas discussões sobre o desenvolvimento municipal	Dificuldade de passar da formulação à implementação das propostas
Oferta de vagas nas escolas	Baixo rendimento escolar
	Alto índice de evasão pelas distâncias e falta de transporte escolar
	Infra-estrutura das escolas insatisfatória
	Metodologia de ensino inadequada à região
	Pouca participação das famílias na educação dos filhos
	Inexistência de fontes de pesquisa e biblioteca
Professores permanentes	Capacitação insuficiente de parte dos professores
	Poucas oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento do corpo docente
	Professores desmotivados pelos baixos salários e precárias condições de trabalho
Projeto Pioneiros Mirins e Bolsa Escola ativos	Conselho Municipal de Educação não funciona
Existência de Posto Médico	Não implementação dos programas nacionais de saúde
	Inexistência de hospital, de farmácia e de ambulância
Existência de equipe de saúde	Dificuldade de manutenção de equipe de saúde no Município
	Ocorrência freqüente de doenças resultantes da falta de saneamento e pouca informação da população quanto aos cuidados de higiene
Utilização de ervas medicinais (caseiras)	Fiscalização da vigilância sanitária não funciona

II. SITUAÇÃO DESEJADA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

7. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado município ou cidade e da trajetória a ser percorrida a partir da situação atual verificada, para se alcançar essse futuro.

Tal futuro deverá ser:

- *desejável* pelos diferentes atores envolvidos; e
- *plausível*, em função das potencialidades e restrições verificadas bem como dos recursos disponíveis para valorizar as primeiras e neutralizar as segundas.

O cenário não pretende predizer o futuro e, sim, organizar, sistematizar e delimitar as incertezas, explorando os pontos de mudança ou de manutenção de rumos para uma determinada evolução de situações. Não é uma realidade futura e, sim, um meio de orientar a ação presente à luz de futuros possíveis e desejáveis. Assim, um cenário bem construído não só explicita como uma situação que pode vir a ocorrer, mas identifica alternativas, a fim de se prevenir, evitar, minimizar, reorientar ou facilitar o processo em curso na direção do futuro desejado.

Os cenários devem ter a capacidade de construir visões globais que contemplem os aspectos político-institucionais, econômicos, sociais, tecnológicos, culturais e físico-ambientais.

Para a construção dos cenários alternativos para o desenvolvimento municipal de Mateiros foram feitos estudos de projeção populacional, ano a ano, até 2010.

A população da região do Jalapão representa apenas 2,3% da população total do Estado. A dificuldade para se definirem projeções populacionais para pequenas áreas, em particular, pequenos municípios, está no fato de que qualquer mudança, social, econômica ou político-administrativa nestes espaços afeta de forma significativamente o ritmo de crescimento de sua população. A indisponibilidade de dados sobre migração

e fecundidade são outros fatores que dificultam a adoção, com segurança, de métodos de projeção populacional para pequenas áreas.

Desta forma, adotou-se o método matemático para o cálculo das projeções, ressaltando-se a fragilidade do exercício, que considerou 2001 como início do período. Por se tratar de ocupação muito recente, as dificuldades para se projetarem crescimentos populacionais para Mateiros não são só de método, mas principalmente de se fixar taxas de crescimento populacional futuras, baseadas no comportamento dos períodos censitários anteriores. Muito embora, como destaca George Martine (1989) "os erros das projeções não derivam de inadequação das técnicas ou da falta de acuidade dos profissionais que as formulam, mas das próprias mudanças abruptas nas tendências históricas".

Mateiros tem registros de ocupação desde o Censo Demográfico de 1970, quando foi recenseado como Distrito de Ponte Alta do Tocantins. Durante a década de 70, cresceu à taxa média anual de 0,12%, com um incremento de 13 pessoas. Na década de 80, enquanto a região crescia à taxa de 0,79% e a maioria dos municípios com taxas negativas, Mateiros apresentou uma taxa média anual de crescimento populacional de 2,05%, acompanhando a dinâmica demográfica do Estado, que registrou taxa média anual de 2,01%,. A população urbana cresceu à taxa de 5,07%, e a rural, 1,63%, tendo sido o único município da região que não perdeu população rural. Dinâmica semelhante foi observada na década de 90, com alguma perda de população rural (-0,6%), ainda que em ritmo mais lento do que a região (–2,53%). A população total cresceu à taxa de 2,03%, contra 0,40% da região e 2,58% do Estado. A população urbana cresceu com taxa superior à da região e do Estado (6,15%, 5,73% e 4,97%, respectivamente).

Para a definição das projeções populacionais, é preciso considerar a ocupação do território municipal na Chapada das Mangabeiras, onde se desenvolve o plantio de grãos, particularmente soja, com alta tecnologia. Essa atividade deverá provocar o crescimento da população rural e o surgimento de povoado naquela localidade, conferindo um certo dinamismo demográfico ao Município, alheio àquele que se espera da vocação ecoturística.

O cenário futuro do Município para os próximos 10 anos admite duas hipóteses: uma conservadora, com a manutenção do crescimento demográfico verificado na última década (2,05%); outra, com um pouco mais de dinamismo, considera o incremento populacional

decorrente da ocupação agrícola e assume uma taxa média anual de 3,00%.

Para a formulação do Plano Diretor, foi adotada a hipótese otimista, de um certo dinamismo no Município, com base no interesse despertado pelo Jalapão e na ocupação econômica da Chapada das Mangabeiras, com os valores indicados na Tabela 5.

Tabela 5 - Projeção da População de Mateiros 2001/2010.

Município	Anos									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mateiros	1.695	1.746	1.798	1.852	1.908	1.965	2.024	2.084	2.147	2.211

Fonte: DPI-SEPLAN

Em 2000, a população urbana de Mateiros representava 39% da população total do Município. Na região, a participação da população urbana era de 47,65% e no Estado, de 74,32%. A tendência da urbanização regional é seguir em ritmo semelhante ao do Estado. O Município deverá acompanhar esse movimento de urbanização, ao mesmo tempo em que deve manter a população rural com certo dinamismo. Neste sentido, pode-se admitir que em 2.010 a população urbana do Município deverá representar por volta de 70% do total, o que indica uma população urbana de, aproximadamente, 1.547 habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (que varia de 0 a 1, tanto melhor quanto mais próximo deste último), em 2000, para Mateiros foi calculado em 0,584, o que o apresentava no 129º lugar entre os municípios do Tocantins e no 4.917º lugar no ranking nacional. Eram os seguintes os indicadores registrados para Mateiros:

- Esperança de vida ao nascer 65,458 anos
- Taxa de alfabetização de adultos 0,58
- Taxa bruta de freqüência escolar 0,729
- Renda per capita 57,182 R$
- Índice de longevidade (IDHM-L) 0,674
- Índice de educação: (UDHM-E) 0,630
- Índice de renda (IDHM-R) 0,448

Todos os indicadores evidenciam a precariedade econômica e social do Município e o quanto há por fazer para se garantir o

desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida aos seus habitantes.

Esses indicadores deverão ser monitorados durante o processo de implementação do Plano Diretor como forma de verificação de resultados e para os ajustes e correções, quando se fizerem necessários.

As informações relativas à situação atual do Município e o levantamento das alternativas, oportunidades e riscos para o desenvolvimento municipal, assim como dos anseios manifestados pelos representantes da população de Mateiros, reunidos em Oficina de Planejamento, permitiram a construção de três cenários futuros alternativos, ou seja, visões das possibilidades existentes para o Município, a discussão e seleção daquela pela qual se possam garantir as vantagens reconhecidas e minimizar os aspectos negativos atualmente verificados. São eles:

7.1. Cenário Tendencial

Neste cenário, a pouca capacidade de planejamento e gestão do Poder Público Municipal e as reduzidas possibilidades de intervenção da sociedade organizada continuam existindo e o Município continua sofrendo as influências das atuais condicionantes dos fatores externos regionais, nacionais e até mundiais. Desta forma, prevalecem as tendências que vêm sendo observadas no Município, quais sejam:

1. poucas oportunidades de trabalho pelas reduzidas alternativas de atividade econômica e pela baixa capacidade de investimentos do setor público;

2. degradação ambiental, tanto pela continuidade das práticas inadequadas de desmatamento e queimadas não controladas, como pelo turismo desorganizado;

3. dificuldades para a regularização fundiária das terras inseridas nos Parques e na Estação Ecológica;

4. unidades de Conservação não efetivamente implantadas;

5. populações deslocadas das propriedades inseridas nos Parques e na Estação Ecológica, sem alternativas de produção e rendimento;

6. situação fundiária urbana e rural irregular;

7. pequenos investimentos na infra-estrutura básica de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento dos resíduos sólidos, pavimentação etc.;

8. município isolado e com qualidade de vida insuficiente, pela precariedade dos atendimento básicos de saúde, educação, comunicação e transportes;

9. gestão municipal sem melhoria, pela manutenção da atual insuficiência na capacidade de planejamento, da pouca integração entre os diferentes setores da administração e pela não interação entre o Poder Público e a sociedade organizada;

10. índices de desenvolvimento humano mantidos ou piorados, em função das reduzidas alternativas de desenvolvimento sustentável para o Município.

O Quadro 2 apresenta as dimensões do Cenário Tendencial e seus respectivos atributos.

Quadro 2 – Cenário Tendencial – Dimensões e Atributos

DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1. Economia pouco dinâmica
	1.2. Poucos investimentos financeiros
	1.3. Ausência de assistência técnica aos pequenos proprietários
	1.4. Baixa produtividade na agricultura e pecuária
	1.5. Comércio pouco dinâmico
	1.6. Poucas oportunidades de trabalho
	1.7. Baixa capacitação profissional
	1.8. Turismo crescente e desorganizado
	1.9. Rede hoteleira precária
	1.10. Atendimento inadequado ao turista
	1.11. Valorização dos produtos artesanais
	1.12. Colheita inadequada do capim dourado
	1.13. Perda da qualidade do artesanato do capim dourado
	1.14. Baixos níveis de renda per capita

Continua

Continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO
2. FÍSICO-AMBIENTAL	2.1. Continuação do desmatamento de nascentes e margens de rios, córregos e lagoas
	2.2. Continuação das queimadas não controladas
	2.3. Degradação das áreas de preservação permanente
	2.4. Desrespeito às normas de proteção das Unidades de Conservação
	2.5. Situação fundiária irregular das terras rurais
	2.6. Lotes urbanos com situação fundiária irregular
	2.7. Situação fundiária dos Parques e Estação Ecológica não resolvida
	2.8. Degradação dos atrativos turísticos
	2.9. Espaço urbano mal cuidado
	2.10. Inexistência de pavimentação e calçadas nas vias urbanas
	2.11. Nomenclatura e sinalização inexistentes nas vias urbanas
2. FÍSICO-AMBIENTAL	2.12. Iluminação pública deficiente
	2.13. Inexistência de praças e jardins
	2.14. Arborização insuficiente
	2.15. Baixa qualidade das habitações
	2.16. Poucas possibilidades de melhoria no abastecimento de água
	2.17. Dificuldade de expansão da rede de esgotamento sanitário
	2.18. Coleta e disposição final de lixo não resolvidas
	2.19. Estradas precárias e mal conservadas
	2.20. Sinalização rodoviária insuficiente e incorreta
	2.21. Ausência de equipamentos de esporte e lazer
	2.22. Precariedade e irregularidade de transporte intermunicipal
	2.23. Pista de pouso em condições inadequadas
3. SOCIAL	3.1. Manutenção das taxas de crescimento demográfico
	3.2. Atendimento de saúde precário
	3.3. Educação insuficiente
	3.4. Poucas oportunidades de esporte e lazer
	3.5. Desinteresse pelas tradições locais
	3.6. Manutenção da dependência da população em relação à Administração Municipal para a solução de todos os problemas
	3.7. Índice de Desenvolvimento Humano em níveis inadequados
	3.8. Poucas chances de melhoria da qualidade de vida
4. INSTITUCIONAL	4.1. Pouca capacidade de planejamento e gestão
	4.2. Pouca integração entre as diferentes áreas da administração
	4.3. Reduzidas possibilidades de articulação com outras esferas de governo
	4.4. Inexistência de parcerias com o setor privado
	4.5. Pouca participação popular no processo de desenvolvimento

7.2. Aspectos urbanísticos do Cenário Tendencial

A Figura 29 apresenta os aspectos urbanísticos do Cenário Tendencial.

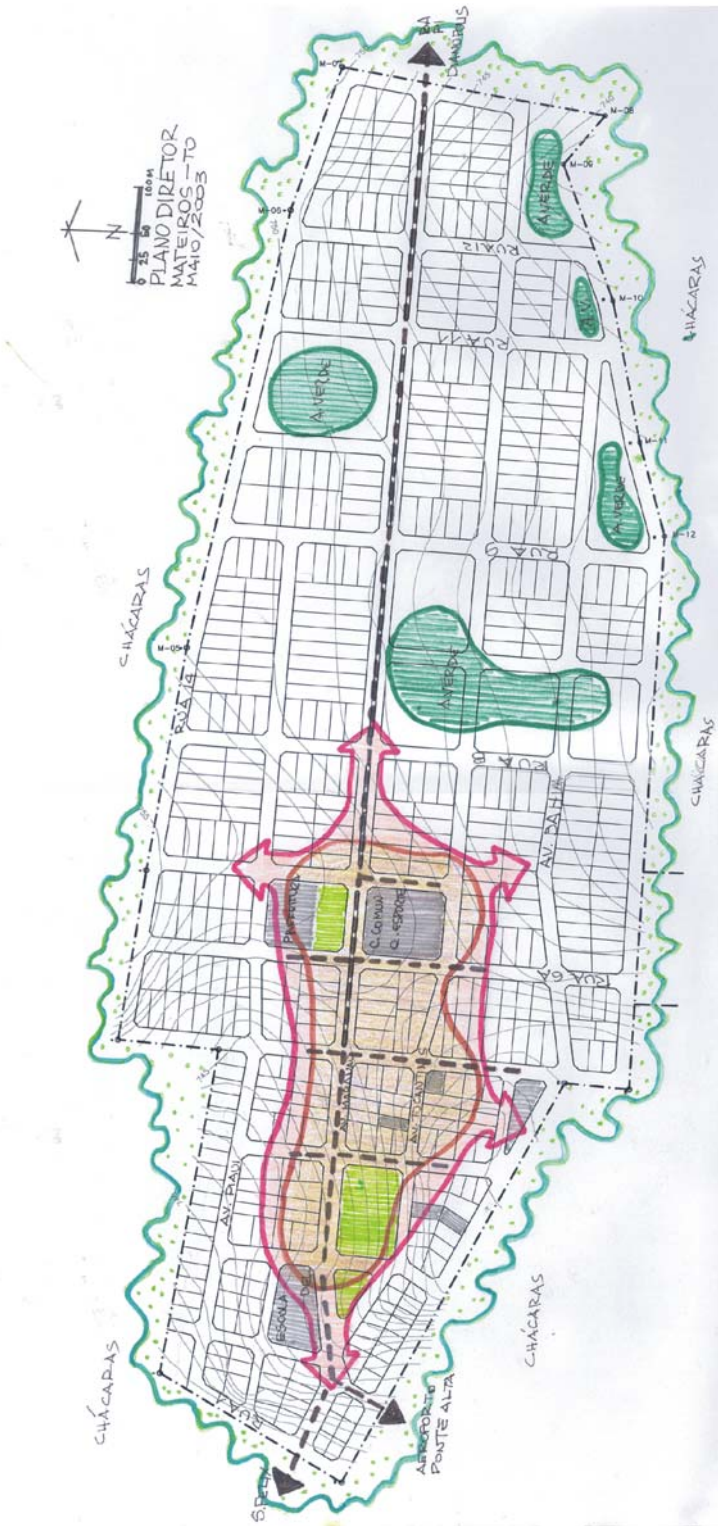


Fig. 29 - Aspectos urbanísticos do cenário tendencial

7.3. Cenário de Declínio

Este cenário considera a possibilidade de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo ou São Félix do Tocantins assumirem o papel de "portais" de entrada do Jalapão. Ao mesmo tempo, as Unidades de Conservação se estruturam definitivamente, desenvolvem os seus planos de manejo e definem as possibilidades e condições de uso público.

Neste caso, o que se vislumbra é um isolamento maior da cidade, com uma crise econômica acentuada, uma vez que o turismo deixa de ser uma alternativa para a população do Município, ainda que ele detenha a maioria dos atrativos. Por outro lado, a grande parcela do território municipal inserida nas áreas ambientalmente protegidas reduz as possibilidades de sua exploração econômica, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento.

As populações de algumas comunidades localizadas dentro das Unidades de Conservação terão que ser reassentadas e precisarão aprender novas práticas produtivas, uma vez que a regulamentação ambiental passará a ser maior observada pela atuação mais eficaz dos órgãos ambientais. Parte desses moradores, tendo dificuldade de se manterem nos novos assentamentos, tenderá a vir para a sede do Município, podendo gerar um início de favelização.

O Município tende a se transformar em uma grande área preservada, na qual as possibilidades de exploração racional dos recursos para fins turísticos passam a ser comandadas pelos municípios vizinhos. As alternativas de exploração agrícola ficam bastante reduzidas pelas restrições a esse tipo de uso nos Parques e Estação Ecológica.

Podem ser previstos:

1. investimentos por parte dos governos federal e estadual no Município insuficientes para reverter a predominância de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo ou São Félix do Tocantins como pólos do turismo na região;

2. retração dos investimentos privados pela queda da atratividade e competitividade do Município;

3. melhoria da qualidade ambiental, pela implementação dos planos de manejo das Unidades de Conservação e atuação eficaz dos órgãos ambientais;

4. aumento da atratividade do ponto de vista ambiental, sem que o Município usufrua desse fator, que passa a ser explorado pelos municípios vizinhos;

5. reassentamento de algumas comunidades atualmente residentes nas áreas das Unidades de Conservação, com necessidade de mudanças de suas práticas produtivas;

6. mudança de parte da população rural atual para a periferia da sede municipal, aumentando o déficit habitacional e o desemprego;

7. manutenção das poucas oportunidades de trabalho e do êxodo dos jovens;

8. dependência crescente da Administração Municipal em relação às transferências constitucionais de recursos;

9. incapacidade de investimento do setor público na melhoria dos serviços de saúde, educação, saneamento, gestão de resíduos sólidos etc.;

10. manutenção do quadro de ausência de planejamento e gestão e de pouca integração intersetorial na Administração Municipal

11. baixa capacidade de articulação intermunicipal para os assuntos de interesse comum;

12. cristalização do baixo índice de desenvolvimento humano,

13. pouca participação popular no processo de planejamento e gestão.

O Quadro 3, a seguir, apresenta os atributos das diferentes dimensões do Cenário de Declínio:

Quadro 3 – Cenário de Declínio – Dimensões e Atributos

DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1. Retração dos investimentos públicos
	1.2. Desinteresse dos investidores privados
	1.3. Desvio dos fluxos turísticos para os municípios vizinhos
	1.4. Perda da atratividade e competitividade turística
	1.5. Redução das oportunidades de trabalho
	1.6. Manutenção dos baixos índices de produtividade agrícola
	1.7. Redução da atividade pecuária pela restrição de uso das áreas ambientalmente protegidas
	1.8. Queda na renda per capita
DIMENSÃO	**ATRIBUTO**
2. FÍSICO-AMBIENTAL	2.1. Implementação dos planos de manejo das Unidades de Conservação
	2.2. Retirada dos moradores dos Parques e da Estação Ecológica
	2.3. Melhoria das condições de controle e fiscalização ambiental
	2.4. Maior proteção ambiental
	2.5. Dificuldade de fiscalização do uso dos atrativos turísticos
	2.6. Espaço urbano desvalorizado
	2.7. Poucas possibilidades de implantação de melhorias na cidade
	2.8. Aumento da atratividade ambiental sem ganhos para o Município
	2.9. Início de processo de favelização
	2.10. Estradas sem conservação
	2.11. Deficiência dos meios de transporte intermunicipais
3. SOCIAL	3.1. Queda no ritmo de crescimento demográfico
	3.2. Maiores dificuldades no atendimento médico
	3.3. Qualidade da educação tendente a piorar
	3.4. Nenhuma ou quase nenhuma alternativa de lazer
	3.5. Condições de saneamento ambiental em declínio
	3.6. Manutenção das características de comunidade rural
	3.7. Manutenção ou queda no Índice de Desenvolvimento Humano
	3.8. Aumento da população urbana por retirada das comunidades dos Parques e Estação Ecológica

Continua

Continuação

4. INSTITUCIONAL	4.1. Dependência crescente das transferências constitucionais de recursos financeiros
	4.2. Administração Municipal desaparelhada para o planejamento e gestão do processo de desenvolvimento
	4.3. Desarticulação com as outras esferas de governo
	4.4. Administração com características assistencialistas
	4.5. Aumento da dependência da população em relação à Administração Pública
	4.6. Pouca participação popular no processo de desenvolvimento

7.4. Aspectos urbanísticos do Cenário de Declínio

A Figura 30 apresenta os aspectos urbanísticos do Cenário de Declínio.

Fig. 30 - Aspectos urbanísticos do cenário de declínio

7.5. Cenário de Dinamismo Sustentável

Este cenário assume como viável a redefinição dos limites do Parque e a manutenção das populações nele inseridas em suas terras originais, a regularização fundiária tanto rural quanto dos lotes urbanos, a diversificação e introdução de novas práticas agrícolas e pecuárias e um turismo organizado e controlado regionalmente.

Por este cenário, podem ser previstos:

1. investimentos públicos federais e estaduais na região e no Município, resultantes da implementação efetiva do Corredor Ecoturístico do Jalapão;

2. diversificação das práticas agrícolas, com a exploração racional das espécies nativas de frutos e ervas medicinais;

3. verticalização da produção agrícola, com destaque para as pequenas propriedades e para as formas associativas de produção e comercialização;

4. início de pecuária de pequeno porte e de animais silvestres;

5. proteção dos recursos naturais e ambientais, com a efetiva implantação dos mecanismos de planejamento e gestão das Unidades de Conservação;

6. reassentamento de algumas comunidades atualmente residentes nos Parques e Estação Ecológica feito de forma negociada e sustentável;

7. desenvolvimento turístico organizado e gerido de forma integrada com os demais municípios do Corredor Ecoturístico do Jalapão, com respeito à capacidade de suporte dos diversos atrativos;

8. crescimento da atratividade econômica da região e do Município;

9. aumento dos investimentos privados, com conseqüente geração de oportunidades de trabalho e renda;

10. desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a exploração racional dos recursos da região em perfeito equilíbrio com a proteção ambiental;

11. aumento dos fluxos migratórios;

12. aumento dos riscos de insegurança urbana;

13. criação de capacidade de planejamento e gestão nas diferentes áreas da Administração Municipal;

14. criação de habilidades para a articulação intersetorial e para as negociações e ações integradas com os municípios vizinhos;

15. participação efetiva da sociedade no processo de planejamento e gestão do desenvolvimento

16. melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano pela maior disponibilidade de recursos para investimentos em educação, saúde, saneamento, pavimentação, gestão ambiental etc..

As dimensões e atributos do Cenário de Dinamismo Sustentável estão relacionados no Quadro 4.

Quadro 4 – Cenário de Dinamismo Sustentável – Dimensões e Atributos

DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1. Início de diversificação da base econômica
	1.2. Desenvolvimento da fruticultura, apicultura e piscicultura
	1.3. Surgimento da criação de pequenos animais silvestres
	1.4. Melhoria da assistência técnica às pequenas propriedades
	1.5. Acesso a linhas de crédito para pequenos empreendimentos
	1.6. Exploração racional das ervas medicinais
	1.7. Organização regional compartilhada do turismo
	1.8. Comércio diversificado
	1.9. Serviços de atendimento ao turista bem qualificados
	1.10. Exploração do artesanato de forma sustentável
	1.110. Aumento das oportunidades de trabalho
	1.12. Melhoria dos níveis da renda per capita
2. FÍSICO-AMBIENTAL	2.1. Implantação efetiva das Unidades de Conservação
	2.2. Regularização fundiária das terras rurais e lotes urbanos
	2.3. Uso racional e sustentável dos atrativos turísticos
	2.4. Melhoria e qualificação dos espaços urbanos
	2.5. Implantação de rede de drenagem pluvial e pavimentação
	2.6 Vias urbanas sinalizadas, arborizadas e com calçadas
	2.7. Iluminação pública em toda a cidade
	2.8. Implantação de praças e jardins
	2.9. Melhoria da qualidade das habitações
	2.10. Melhoria no sistema de abastecimento de água
	2.11. Expansão da rede de esgotamento sanitário
	2.12. Regularização da coleta de lixo
	2.13. Implantação de aterro sanitário
	2.14. Melhoria das condições de acesso rodoviário
	2.15. Criação de espaços de esporte e lazer
	2.16. Regularização dos meios de transportes intermunicipais
	2.17. Pista de pouso em condições adequadas
	2.18. Implantação do sistema de telefonia móvel
	2.19. Instalação de agência da ECT
	2.20. Ampliação dos estabelecimentos de serviços turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, centros de atendimento etc.)
	2.21. Instalação de escolas profissionalizantes
	2.22. Melhoria da infra-estrutura de segurança
	2.23. Criação de brigadas de incêndio

Continua

Continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO
3. SOCIAL	3.1. Melhoria nos níveis de escolaridade
	3.2. Melhoria na qualidade do ensino nos diversos níveis
	3.3. Melhoria e ampliação do atendimento de saúde
	3.4. Melhoria da infra-estrutura de segurança
	3.5. Resgate da cultura local
	3.6. Valorização do artesanato regional
	3.7. Ampliação das oportunidades de práticas esportivas
	3.8. Índice de Desenvolvimento Humano em níveis adequados
4. INSTITUCIONAL	4.1. Implementação do sistema de planejamento e gestão
	4.2. Instalação e funcionamento do sistema de informações municipais
	4.3. Capacitação das equipes da Administração Municipal
	4.4. Melhoria dos mecanismos de arrecadação municipal
	4.5. Adoção de práticas intermunicipais para a gestão compartilhada do turismo
	4.6. Instalação de consórcios intermunicipais para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc.
	4.7. Participação efetiva da sociedade no processo de planejamento e gestão

7.6. Aspectos urbanísticos do Cenário de Dinamismo Sustentável

A Figura 31 apresenta os aspectos urbanísticos do Cenário de Dinamismo Sustentável.

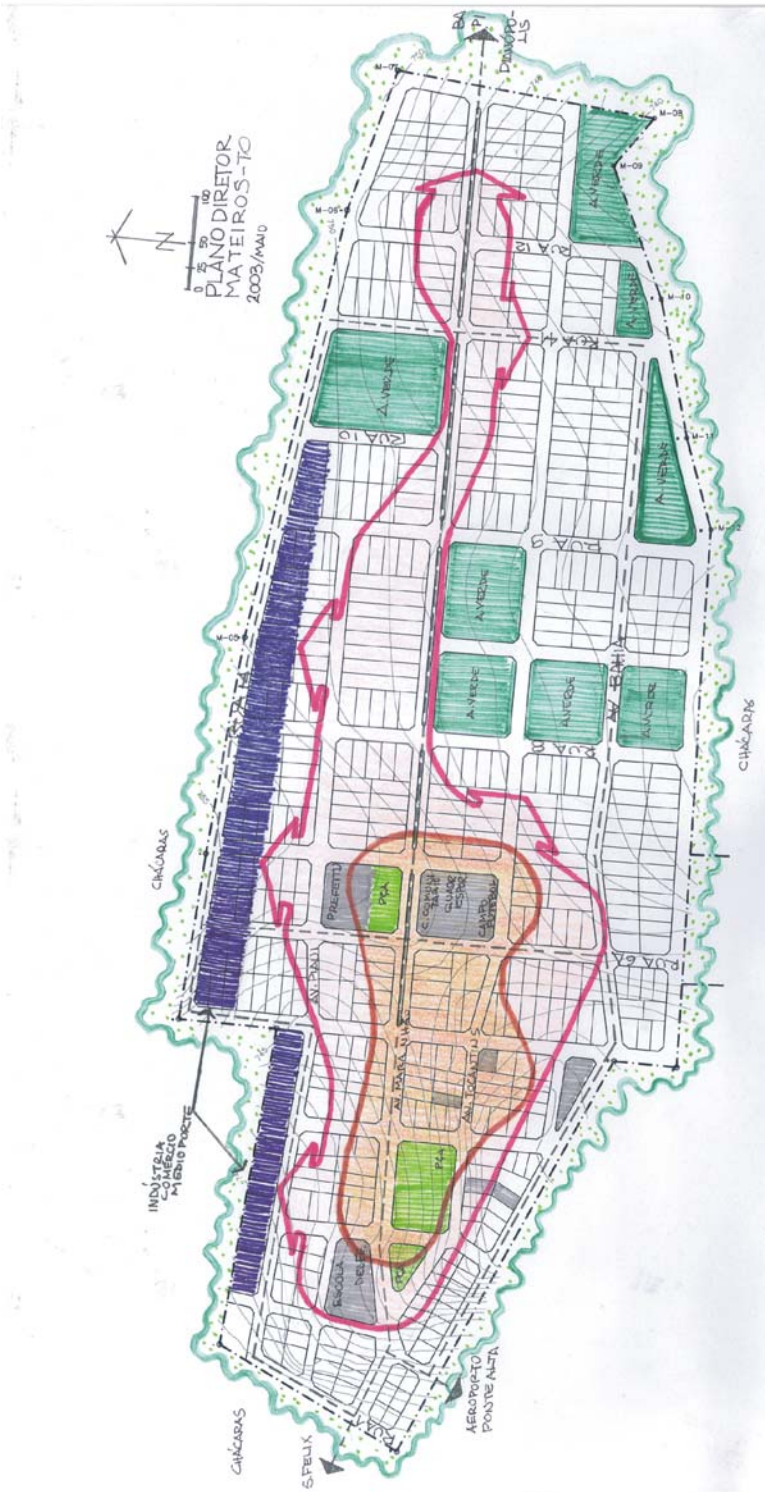


Fig. 31 - Aspectos urbanísticos do cenário de dinamismo sustentável

8. O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO

8.1. O Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana

A Constituição Federal, ao tratar da política urbana, determina, em seu artigo 182, que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, tendo como finalidade principal a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de cada cidade. A promoção dessa política está na esfera da competência municipal. Cabe ao Plano Diretor garantir o cumprimento do preceito constitucional de garantia da **função social da cidade** e da **propriedade urbana.**

A Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 200 - Estatuto da Cidade, ao regulamentar a política para o desenvolvimento e expansão urbana, estabelece várias diretrizes para a implementação dessa política, merecendo destaque, entre outras:

- garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

- gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

- cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

- planejamento do desenvolvimento da cidade, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e sua efeitos negativos sobre o meio ambiente;

- ordenação e controle do uso do solo;

- integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua influência;

- justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana e a recuperação parcial, para a coletividade, da valorização imobiliária resultante da ação do Poder Público;

- a regularização fundiária e a urbanização específica de áreas ocupadas por população de baixa renda;

- a incorporação voluntária da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e da ampliação e transformação dos espaços públicos da Cidade;

- proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana.

A política de desenvolvimento e expansão urbana do município de Mateiros formulada por este Plano Diretor representa a materialização do **projeto da cidade**, resultado da construção coletiva pelos atores locais de um cenário futuro desejável e viável. O **Objetivo Central** a ser atingido pela cidade/ Município com vistas à construção do cenário futuro e as **Linhas Estratégicas** e respectivas **Ações** para possibilitar as mudanças da situação atual para o futuro desejado estão definidos nos termos dos itens que se seguem.

8.2. O Objetivo Central para o Município

Mateiros como um lugar onde o desenvolvimento humano acontece em harmonia com a conservação da natureza.

8.3. As Linhas Estratégicas para o Desenvolvimento Municipal

As Linhas Estratégias representam a trajetória a ser percorrida pelo Município para passar da realidade atual à situação desejada, expressa pelo Objetivo Central. Elas se implementam por meio de um conjunto de ações, detalhadas em programas e projetos setoriais e específicos, no desdobramento do processo de planejamento e gestão iniciado com o Plano Diretor.

As Linhas Estratégicas de Desenvolvimento para Mateiros são sete, a saber:

LE 1 – Diversificação e Verticalização das Atividades Agrícolas

Definida para ampliar as possibilidades de exploração das propriedades rurais, com ênfase para as pequenas e médias, com melhor aproveitamento das suas potencialidades, em especial com o incremento da exploração e processamento das espécies nativas de frutos, criação de pequenos animais, inclusive os silvestres e peixes, incentivando a utilização de formas associativas de produção e comercialização.

LE 2 – Desenvolvimento Sustentável do Turismo

Definida para possibilitar o aproveitamento do grande potencial turístico do Município e da região caracterizado pela diversidade e singularidade dos recursos naturais, como propulsor do processo de desenvolvimento municipal, de forma racional, com respeito à capacidade de suporte de cada atrativo.

LE 3 - Proteção Ambiental

Definida para garantir a proteção adequada das Unidades de Conservação do Município e seu entorno e promover o perfeito equilíbrio entre a utilização racional e sustentável dos recursos naturais como geradores de desenvolvimento socioeconômico e a manutenção da qualidade do meio ambiente natural e construído.

LE 4 – Qualificação do Espaço Urbano

Definida para possibilitar o tratamento dos espaços públicos da sede municipal de forma a torná-los bem organizados do ponto de vista funcional e esteticamente atrativos.

LE 5 – Melhoria da Infra-estrutura Básica, dos Equipamentos e Serviços Urbanos

Deve possibilitar a superação dos *déficits* existentes na oferta de equipamentos e serviços pelo Poder Público para atender às necessidades de toda a população.

LE 6 – Melhoria dos Equipamentos e Serviços Comunitários

Deve propiciar o desenvolvimento de atividades de ampliação e aprimoramento dos serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e segurança.

LE 7 – Aperfeiçoamento do Planejamento e Gestão Municipal

Deve criar as condições necessárias à Administração Municipal para a implementação do processo de planejamento e gestão iniciado com o Plano Diretor, bem como garantir a apropriação pela população desse processo, a se desenvolver de forma compartilhada entre o Poder Público e a sociedade, como a expressão da vontade dos cidadãos de Mateiros.

8.4. O Macrozoneamento

O macrozoneamento define a divisão territorial do Município em áreas integradas, para possibilitar o planejamento adequado da implantação das linhas estratégicas definidas neste Plano.

São as seguintes as zonas estabelecidas para o Município de Mateiros

Zona Urbana – ZUR

Composta pelos terrenos loteados e os ainda não loteados, destinados ao crescimento da sede municipal, localizados dentro do perímetro urbano.

Zona de Proteção Ambiental– ZPA

Zona dedicada à proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais, compreende terras incluídas nas Unidades de Conservação existentes no Município, tendo como objetivo:

- conservar a biodiversidade local e regional, de modo a garantir a evolução natural dos processos ecológicos;
- garantir a existência de populações de fauna e flora viáveis através de trocas gênicas;
- proteger os mananciais de água e os ecossistemas associados a eles.

As Unidades de Conservação que constituem a Zona de Proteção Ambiental são:

a) Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins;

b) Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba;

c) Parque Estadual do Jalapão;

d) as áreas de proteção integral da Área de Proteção Ambiental Federal Serra da Tabatinga e da Área de Proteção Ambiental Estadual do Jalapão.

Zona Rural – ZRU

Constituída dos terrenos restantes do Município, não destinados a fins urbanos e não inseridas dentro dos limites das áreas das Unidades de Conservação incluídas na Zona de Proteção Ambiental.

A Figura 32 registra o macrozoneamento proposto para o Município.

Fig. 32 - Macrozoneamento

8.5. Os Aspectos Físico-urbanísticos da Cidade Desejada

O projeto da cidade desejada, proposto para Mateiros com a participação de sua população, deve ser considerado como um horizonte para o qual se direcionem as ações da Prefeitura e da população na busca do futuro desejado. É, portanto, uma referência para a organização das atuações dos diferentes atores, segundo as linhas estratégicas definidas, e para a implementação das ações necessárias à concretização desse projeto multifacetado, com várias representações:

1. Mateiros, onde o verde é protegido por todos

Não por acaso, os governos federal e estadual criaram no município de Mateiros uma série de cinco áreas de proteção ambiental. Tais medidas visam a conservação da natureza, singular e frágil, ao mesmo tempo em que possibilitam sua exploração turística dentro de parâmetros sustentáveis de proteção destes espaços.

A cidade de Mateiros deve procurar, portanto, inserir-se nessa paisagem com particular cuidado, sem perder suas características urbanas. Deve ser, uma cidade “verde”, arborizando ao máximo os espaços públicos usufruídos pela população da cidade (áreas centrais, praças etc.), assim como os quintais das áreas residenciais mais afastadas.

Pretende-se, portanto, o equilíbrio entre os anseios de preservar o meio ambiente natural, garantindo a boa qualidade da relação ambiental, e qualidades do meio ambiente construído, essenciais na promoção da identidade dos povos e na consecução de desenvolvimento social.

2. Mateiros, coração dourado do Jalapão

O ouro aparece como referência ao artesanato com capim dourado, conhecido no Brasil inteiro, que pode constituir-se em uma das âncoras da identidade do povo mateirense, a exemplo do que ele representa para a comunidade de Mumbuca.

Assim, o manejo sustentável do capim dourado e a qualidade dos produtos artesanais podem potencializar o apelo turístico de Mateiros, agregando valor à beleza cênica da paisagem natural.

Propõe-se, portanto, uma cidade voltada para o turismo no Jalapão, além de oferecer condições para a diversificação das práticas

agrícolas como atividades complementares ao turismo, uma vez que podem prover-lhe insumos necessários a seu desenvolvimento.

Núcleo urbano inserido no coração do Jalapão, a cidade de Mateiros deve transformar-se em um espaço no qual os turistas, após um dia de aventuras em trilhas, cachoeiras, *rafting*, dunas e outras andanças, possa repousar desfrutando a beleza, cultura e tradição local, em ambientes aprazíveis e confortáveis.

Neste sentido, o município e a cidade de Mateiros podem e devem promover uma atuação integrada com os municípios vizinhos, na promoção e gestão compartilhada do turismo, a ser desenvolvido com uma perspectiva regional em que todos os municípios inseridos no Pólo Ecoturístico do Jalapão se beneficiem.

Essas necessidades de crescimento e desenvolvimento encontram sustentação numa economia estruturada a partir do incentivo ao turismo organizado sob diversas formas (ecoturismo, turismo de natureza, agroturismo etc.), e das contribuições relativamente contidas de uma agricultura e correspondente agroindústria, nas escalas possíveis dentro das limitações que o território municipal oferece.

Assim estruturados o Município e a cidade, é possível antever Mateiros como uma cidade solidária, com espaços urbanos ordenados, atrativos e limpos, ruas largas e arborizadas, parques e jardins, onde as oportunidades de trabalho sejam permanentes, os serviços de educação, saúde e cultura de alto padrão. Pode-se imaginá-la como lugar do equilíbrio social, do respeito à coisa pública e ao meio ambiente.

Uma cidade que organiza a produção no setor primário e investe trabalho e lucros para o beneficiamento desta produção, que exporta matéria prima e produtos com valores agregados. Cidade sofisticada com serviços turísticos, de lazer e entretenimento, onde todos desfrutam de sua belíssima paisagem, dos balneários e fervedouros, da fauna e flora singulares, das cachoeiras e rios, das grutas e das dunas que simbolizam a região.

3. Mateiros, descanso depois das emoções

A cidade de Mateiros deve estruturar-se, portanto, como espaço urbano agradável, onde as formas de uso e ocupação se organizem de forma clara em relação a um sistema viário devidamente hierarquizado. Nas áreas com boa acessibilidade e vocação para centralidade, devem-se explorar as possibilidades de encontros sociais nos espaços públicos,

garantindo-lhes continuidade de tramas e passeios. As áreas livres públicas devem ser agradáveis e protegidas do sol e dos ventos, possibilitar boa orientação espacial e identificação dos lugares pela população que os usufrui e promover a interação social espontânea, lado a lado com a privacidade necessária. Devem, ainda, configurar-se com expressividade e simbolismo, evocando os valores de sua tradição.

Para isso, a cidade de Mateiros deve consolidar, como área central, o trecho situado na Av. Maranhão, entre esta via e a Av. Tocantins, compreendido entre a praça com a escola estadual e a delegacia e o local onde se localizam a Prefeitura, o Centro Comunitário e alguns equipamentos esportivos. Aí se encontram também a Câmara de Vereadores e o Posto de Saúde. Junto de tais vias, deve-se incentivar a ocupação com edificação de até dois pavimentos, com comércio ou prestação de serviços no térreo e habitação no andar superior.

Uma série de áreas verdes, não parceladas, existentes na cidade em maior quantidade no seu extremo sudeste, pode acolher equipamentos culturais demandados pela comunidade mateirense (museu do capim dourado, escolas profissionalizantes vinculadas a este artesanato e à hotelaria, culinária etc.), assim como passeios adequadamente configurados (por tratar-se de solos hidromórficos às vezes encharcados), de modo a constituir uma área bucólica e prazerosa. Esta decisão abre a possibilidade de que os usos e ocupações centrais, anteriormente referidos, se estendam até este trecho da cidade, reforçando seu papel de cidade acolhedora e diversificada.

Uma outra oportunidade oferecida por esta decisão é a de constituir um mirante no final das vias transversais às avenidas Maranhão e Tocantins. O mirante, configurado no extremo meridional da cidade, pode oferecer um local único, de onde os visitantes e turistas possam desfrutar a bela vista que este ponto oferece da forte paisagem do Jalapão, especialmente quando banhada pelos raios do por do sol que, pelo menos durante oito meses ao ano, a iluminam a partir do quadrante oeste/sudoeste. Essa situação privilegiada pode ser enriquecida com quiosques, bares e restaurantes, oferecendo apoio gastronômico.

O mirante ajudará, sem dúvida, a organizar as demais áreas verdes hoje existentes a sudeste da cidade, qualificando-as para lazer e recreação, a partir da configuração da continuidade de tramas e passeios anteriormente referida.

4. Mateiros, lugar de progresso e harmonia

A rótula que caracteriza a entrada de Mateiros e organiza o encontro das estradas provenientes de São Félix do Tocantins e de Ponte Alta marca a transição entre as áreas central mista e residenciais e um setor com grandes lotes para atividades industriais e de abastecimento, aí englobadas as áreas para grandes equipamentos públicos (como a ETE existente e outros).

Apesar de o Município e a cidade de Mateiros se caracterizarem por uma produção agrícola reduzida, familiar e de mera subsistência (em função da pobreza do solo e de grande parte do território do Município estar sob proteção ambiental), existe possibilidade e interesse em promover alguma diversificação da produção, e seu beneficiamento, como atividade inserida na cadeia produtiva do turismo.

Neste sentido, oferta de áreas para esses usos no referido trecho da cidade é uma interessante reserva territorial, pois são terras baixas, com pouca vocação para a expansão residencial, mas adequadas para tal tipo de ocupação. O trecho entre a rótula mencionada e o aeroporto é apto a esta destinação e oferece possibilidade, a longo prazo, de incorporar a área do próprio aeroporto ao perímetro urbano, já que se trata de um equipamento citadino por excelência.

Para uma futura expansão residencial, propõe-se a expansão horizontal no extremo leste da cidade, seja ao longo da estrada que liga a cidade de Mateiros a Dianópolis e aos estado do Piauí e Bahia, ou no viés no sentido nordeste, no mesmo extremo da cidade, em áreas que se apresentam bastante aptas para essa destinação.

Com isto, a cidade de Mateiros deve adquirir uma estrutura espacial e funcional com personalidade marcante: uma área central entre dois terraplenos, o primeiro ao norte, representando uma barreira em declividade ascendente e ocupada por bosques significativos, e o segundo ao sul, como barreira em declividade descendente para o vale do córrego Brejo Grande, que se propõe aproveitar com mirantes e passeios. No extremo oeste, terrenos baixos para ocupações com indústria e abastecimento, no extremo leste, terrenos altos para expansão residencial.

A Fig. 33 representa a proposta da cidade desejada.

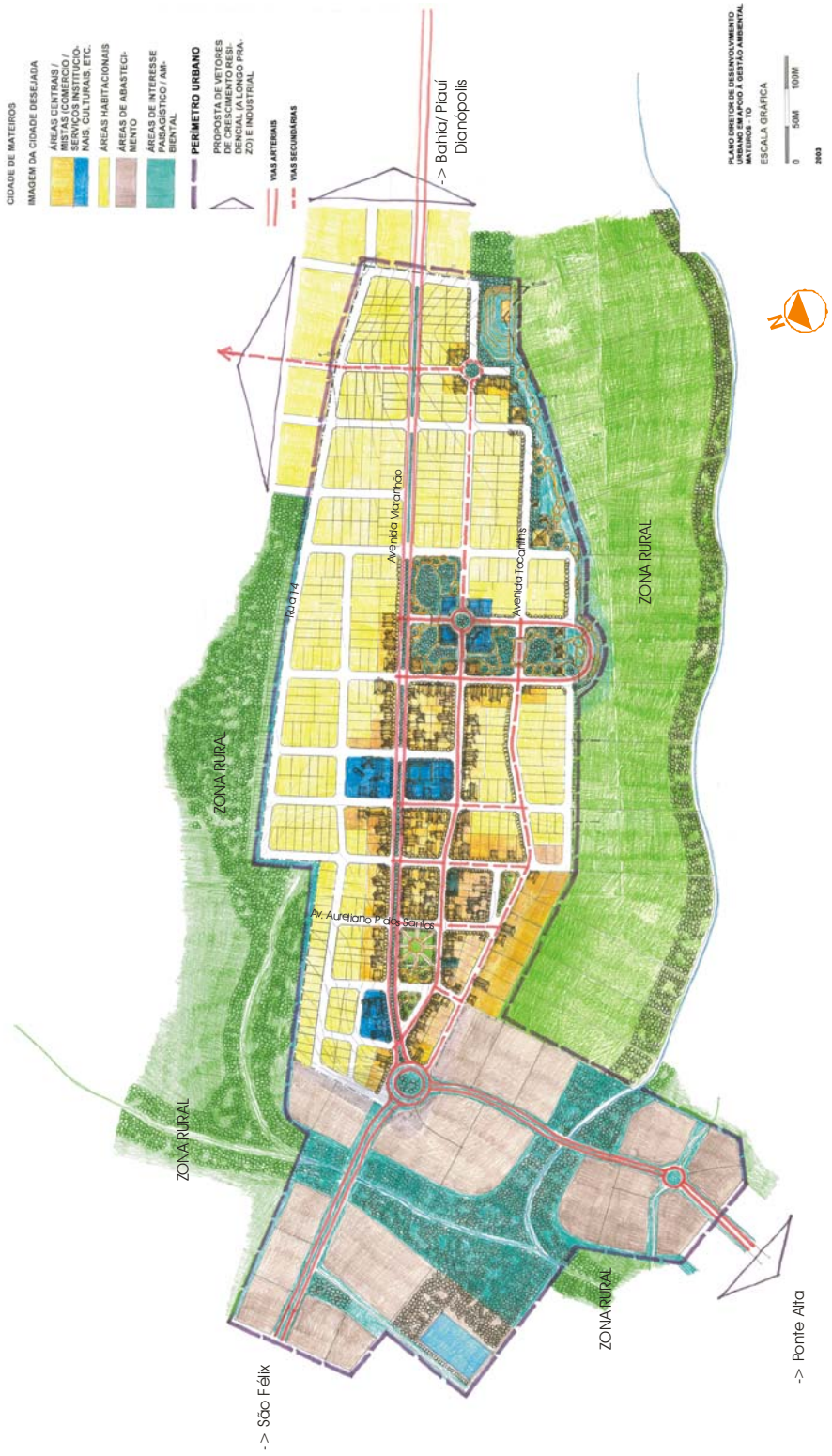


Fig. 33 - Cidade desejada

8.6. O Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas

Da mesma forma que o Município foi objeto de um macrozoneamento, para orientar o desenvolvimento da sede, é proposto o zoneamento da cidade de Mateiros a ser formalizado na Lei de Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas. Este zoneamento assume as seguintes categorias de uso, nos termos da Cidade Desejada, Fig. 34:

I – residencial;

II – de interesse ambiental e paisagístico;

III – comercial e de prestação de serviços;

IV – industrial.

Para garantir uma distribuição espacial desses diferentes usos no espaço urbano, são propostas as seguintes zonas de uso e ocupação:

I – ZCM – Zona Central Mista – Área caracterizada por ocupação residencial, comercial e de serviços, particularmente os de serviços turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, centros de atendimento, etc.).

Visa consolidar, como área central, o trecho já ocupado e estruturado em torno da Av. Maranhão, e a Av. Tocantins, entre a praça onde se localizam a escola estadual e a delegacia e aquela onde se encontra localizada a Prefeitura, o Centro Comunitário e os equipamentos esportivos atualmente existentes. Neste trecho deve ser permitida a edificação em 2 andares, incentivando-se a ocupação do térreo com comércio ou serviços, ficando o andar superior destinado ao uso residencial.

II – ZHB – Zona Habitacional – Destinada ao uso residencial de baixa densidade, sob a forma de habitação unifamiliar, chácaras de recreio e habitações de interesse social, onde é permitido o uso de comercio varejista e de serviços. Visa consolidar as áreas hoje ocupadas com uso residencial de baixa densidade, oferecendo áreas complementares para programas de interesse social, vinculados principalmente ao remanejamento das populações em áreas de risco.

III - ZIA – Zona de Interesse Ambiental – Áreas públicas ou privadas, com atributos naturais importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental da área urbana, onde se pretende desenvolver programas de proteção, de controle da ocupação e manejo,

bem como incentivar a implantação de Unidade de Conservação, admitindo atividades vinculadas ao lazer e entretenimento.

IV – ZAB – Zona de Abastecimento - Áreas caracterizadas pelos usos de atividades de produção e transformação, compatíveis com a habitação, o comércio e serviços, localizadas no extremo oeste da cidade, aproveitando a infra-estrutura viária de acesso à mesma.

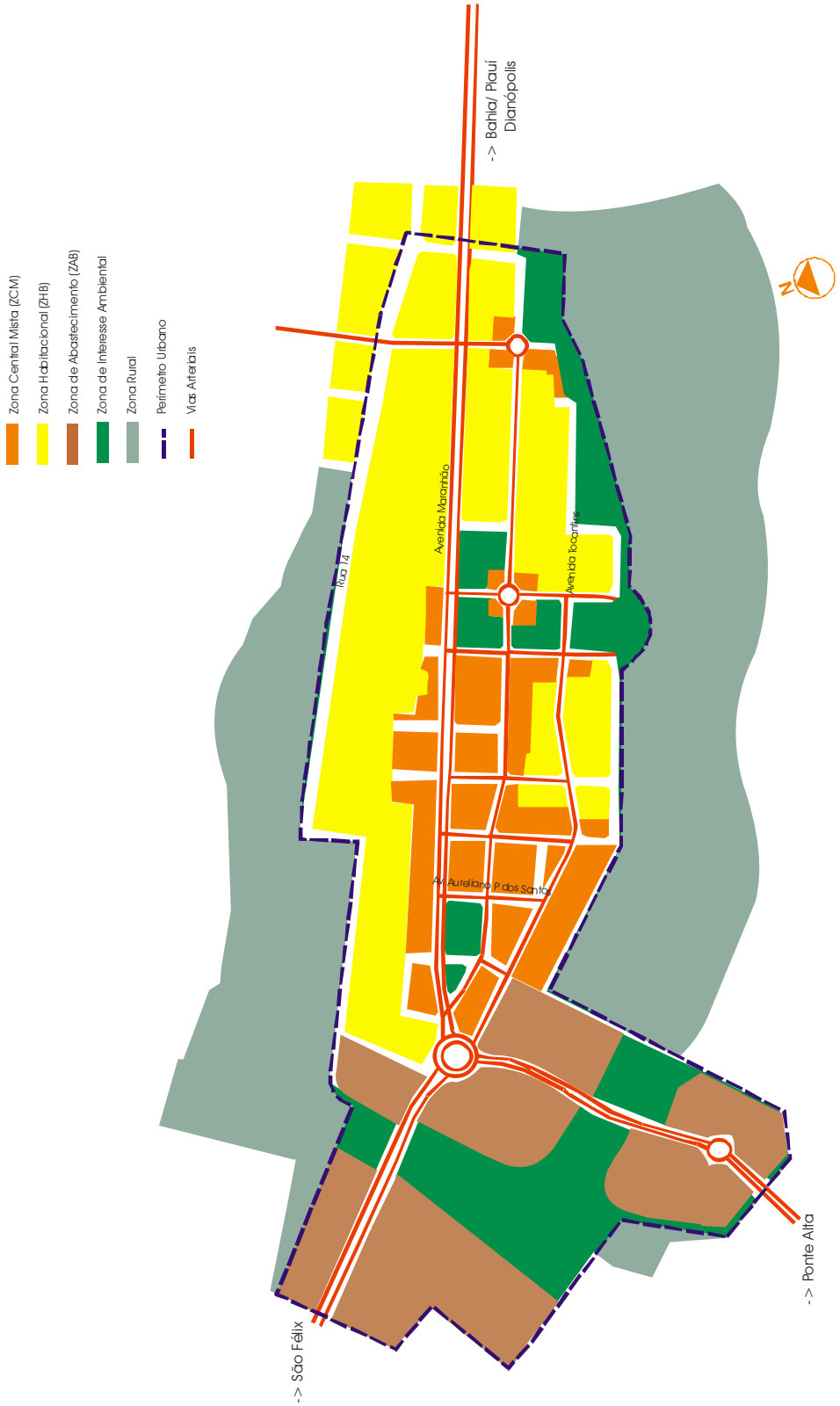


Fig. 34 - Uso e Ocupação do Solo

8.7. Sistema de Planejamento e Gestão

Para a implementação do Plano Diretor, será necessário um Sistema de Planejamento e Gestão, conforme as indicações básicas apresentadas a seguir.

O Sistema de Planejamento e Gestão é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que objetivam: (i) a coordenação das ações dos setores público e privado e da sociedade em geral, (ii) a garantia da integração entre os diversos programas e ações setoriais de implementação das linhas estratégicas do Plano Diretor; (iii) a dinamização da ação governamental.

O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana deve responsabilizar-se pela articulação entre as ações dos diferentes órgãos da administração direta e indireta do Município e com as iniciativas do setor privado, relacionadas com a implementação do Plano Diretor.

É necessário que o Sistema de Planejamento e Gestão conte com uma estrutura organizativa que disponha de mecanismos institucionais de coordenação dos projetos e avaliação dos resultados, de forma a reunir os diversos atores responsáveis pelo desenvolvimento municipal e promover a participação direta dos cidadãos nos processos decisórios.

O Sistema de Planejamento e Gestão deve ser composto pelos órgãos da Administração Municipal e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, a ser constituído paritariamente por representantes do poder público, do setor privado e da sociedade organizada.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano tem como competência deliberar, no âmbito do Poder Executivo, quanto aos processos de elaboração, atualização controle, acompanhamento e avaliação do Plano Diretor e seus desdobramentos no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal.

Este Conselho poderá resolver os casos omissos nas leis regulamentadoras do desenvolvimento municipal e conduzir a aplicação dos dispositivos legais de forma contínua e dinâmica, com respeito aos interesses superiores da garantia da qualidade de vida, do desenvolvimento socioeconômico sustentável, do crescimento urbanístico ordenado, tendo sempre em primeiro plano o interesse coletivo.

O Sistema de Planejamento e Gestão deverá contar, ainda, com um Sistema de Informações do Município de Mateiros, a ser estruturado e permanentemente atualizado, com o objetivo de fornecer informações para atender o processo de planejamento municipal nos diferentes níveis e permitir a construção de indicadores para o acompanhamento e monitoramento das ações de implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Tais indicadores devem subsidiar a tomada de decisões e os ajustes necessários para o alcance dos resultados esperados, bem como a avaliação dos impactos decorrentes da implementação das linhas estratégicas do Plano Diretor. Será necessário definir também os mecanismos de monitoramento e avaliação a serem adotados, para uma verificação objetiva do processo, com a observação das eventuais ocorrências de mudanças na realidade local.

É recomendável a observação antes e durante o desenvolvimento do processo, para possibilitar os ajustes e correções com as ações ainda em curso. Também deve ser feita uma avaliação logo após o término das ações programadas, para avaliar os resultados alcançados, e outra algum tempo depois, para medir os impactos resultantes da implementação das ações.

O Sistema de Informações do Município de Mateiros deve conter um conjunto de dados e informações sobre a população do Município, o território municipal e as relações de uma com o outro. Deve oferecer níveis de detalhamento e desagregação tanto gerenciais quanto operativos, para subsidiar a gestão nos diferentes níveis da atuação municipal, assim como orientar a execução das ações dos setores.

Finalmente, é absolutamente legítimo que a população participe do processo de desenvolvimento e assuma parte da responsabilidade pelos destinos do lugar em que escolheu viver. Devem ser experimentadas formas de participação e de parcerias para o estabelecimento de um *pacto social*, indispensável para o sucesso do processo de planejamento e gestão.

9. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A implementação das linhas estratégicas (LE) definidas para o alcance do Objetivo Central estabelecido para Mateiros se dá por meio da execução de um conjunto de ações interligadas. São elas:

LE 1 – Diversificação e Verticalização das Atividades Agrícolas

Definida para ampliar as possibilidades de exploração das propriedades rurais, com ênfase para as pequenas e médias, com melhor aproveitamento das suas potencialidades, em especial com o incremento da exploração e processamento das espécies nativas de frutos, criação de pequenos animais, inclusive os silvestres e peixes, incentivando a utilização de formas associativas de produção e comercialização.

A 1.1. Estimular a modernização da agricultura familiar;

A 1.2. Melhorar a assistência técnica às pequenas propriedades;

A 1.3. Garantir acesso a linhas de crédito para pequenos empreendimentos;

A 1.4. Estimular a criação de pequenos animais, inclusive os silvestres;

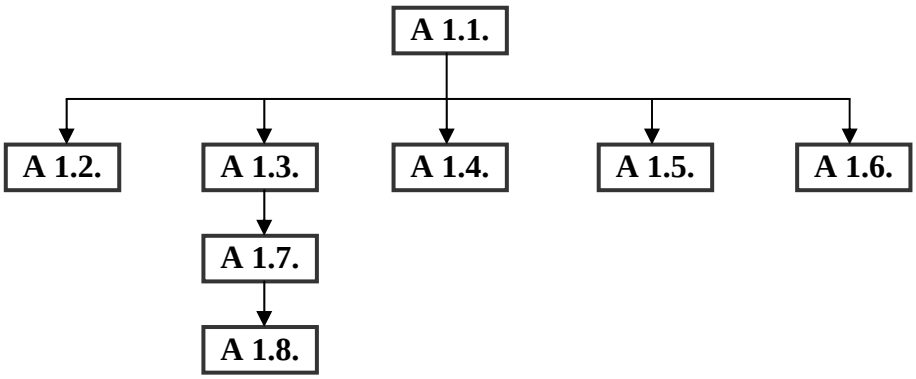
A 1.5. Estudar meios de desenvolver a horticultura, fruticultura, apicultura, piscicultura etc.;

A 1.6. Estudar formas de exploração racional das espécies nativas de frutos, plantas e ervas medicinais;

A 1.7. Favorecer a implantação de processos de transformação dos produtos locais, tais como compotas, geléias, conservas, farinha etc.;

A 1.8. Promover a organização de formas associativas de produção e comercialização dos produtos.

O fluxograma a seguir indica as inter-relações entre as ações da LE 1:



LE 2 – Desenvolvimento Sustentável do Turismo

Definida para possibilitar o aproveitamento do grande potencial turístico do Município e da região caracterizado pela diversidade e singularidade dos recursos naturais, como propulsor do processo de desenvolvimento municipal, de forma racional, com respeito à capacidade de suporte de cada atrativo.

A 2.1. Promover a articulação com os municípios vizinhos e com o Estado para a organização do turismo de forma regional e compartilhada;

A 2.2. Garantir o uso racional e sustentável dos atrativos turísticos, particularmente quando vinculados às Unidades de Conservação;

A 2.3. Promover a organização roteiros de visitação aos atrativos a partir de sua capacidade de suporte, com acesso controlado aos mesmos;

A 2.4. Estudar formas de exploração do artesanato de forma sustentável;

A 2.5. Estimular a ampliação e diversificação dos estabelecimentos de comércio e serviços, especialmente turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, centros de atendimento etc.);

A 2.6. Desenvolver estudos para o manejo e exploração dos materiais utilizados na produção do artesanato regional;

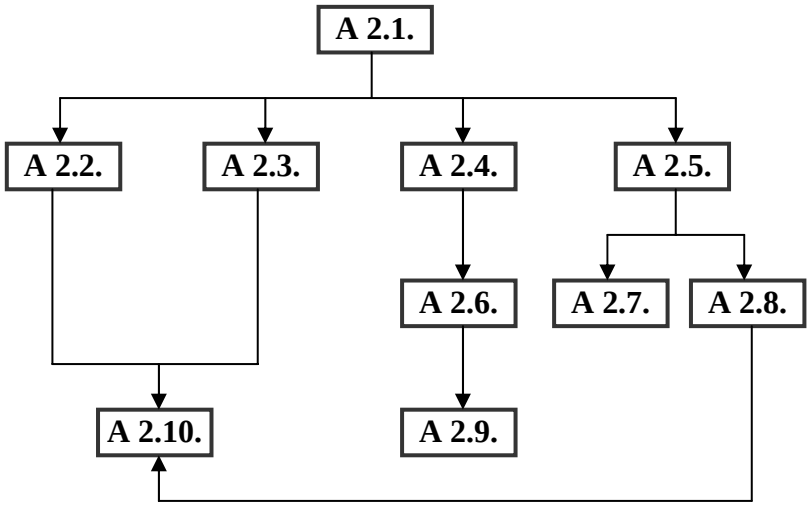
A 2.7. Favorecer a orientação técnica e gerencial, bem como o acesso a linhas de crédito, para pequenos empreendimentos turísticos;

A 2.8. Qualificar os prestadores de serviços turísticos, nos diversos níveis;

A 2.9. Promover a valorização e divulgação do artesanato regional;

A 2.10. Divulgar as possibilidades turísticas do Município e região.

O fluxograma a seguir indica as inter-relações entre as ações da LE 2:



LE 3 - Proteção Ambiental

Definida para garantir a proteção adequada das Unidades de Conservação do Município e seu entorno e promover o perfeito equilíbrio entre a utilização racional e sustentável dos recursos naturais como geradores de desenvolvimento socioeconômico e a manutenção da qualidade do meio ambiente natural e construído.

A 3.1. Promover gestões junto aos órgãos ambientais para a implantação efetiva das Unidades de Conservação;

A 3.2. Redefinir os limites do Parque Estadual do Jalapão, conforme proposta resultante da audiência pública relativa à implantação do mesmo;

A 3.3. Promover gestões junto ao NATURATINS para a realização e implementação do Plano de Manejo da APA do Jalapão;

A 3.4. Promover a educação ambiental em todos os níveis;

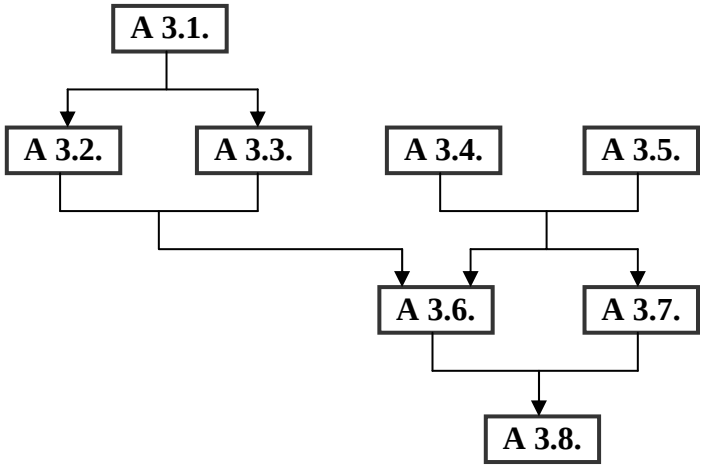
A 3.5. Obter o comprometimento da população para com a proteção ambiental;

A 3.6. Promover a proteção ambiental das áreas de preservação permanente e recuperar as degradadas;

A 3.7. Substituir as queimadas por tecnologia limpa de manejo de pastagens;

A 3.8. Criar brigadas de incêndio.

O fluxograma a seguir indica as inter-relações entre as ações da LE 3:



LE 4 – Qualificação do Espaço Urbano

Definida para possibilitar o tratamento dos espaços da sede municipal de forma a torná-los bem organizados do ponto de vista funcional e esteticamente aprazíveis.

A 4.1. Definir taxas mínimas de permeabilidade do solo para lotes dos diferentes usos urbanos;

A 4.2. Definir densidades de ocupação do solo que garantam a existência de áreas verdes entre as edificações, para reduzir as

superfícies expostas à insolação direta e, conseqüentemente, conferir maior conforto térmico às áreas urbanas;

A 4.3. Incrementar o número de portas voltadas diretamente para as vias urbanas e evitar barreiras como cercas, grandes desníveis e muros, como forma de manter a tradição de valorizar o espaço público.

A 4.4. Incentivar a preservação e utilização da vegetação nativa nas áreas urbanas, para favorecer o equilíbrio ecológico e resgatar a identidade paisagística original.

A 4.5. Oferecer orientação técnica e apoiar os proprietários para melhorar a qualidade das habitações, de forma a respeitar o tipo de uso, as condições ambientais e os padrões culturais;

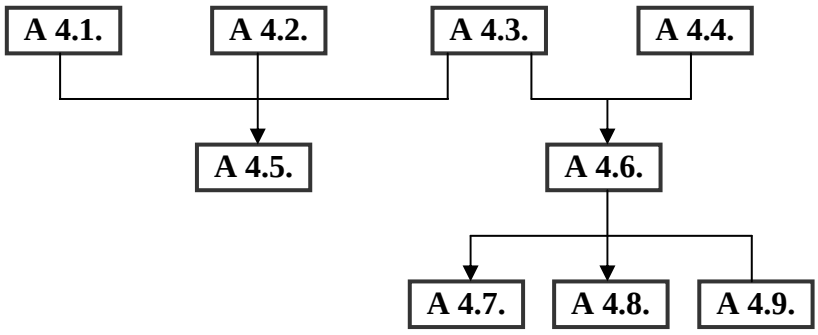
A 4.6. Tratar as áreas verdes existentes na cidade como espaços de proteção ambiental e de uso público de lazer e entretenimento para a população;

A 4.7. Implantar praças e jardins;

A 4.8. Dar tratamento paisagístico às vias urbanas, por meio da implantação de pavimentação, sinalização, nomenclatura e numeração, arborização, construção de calçadas e meio-fios;

A 4.9. Dar proteção ambiental e tratamento paisagístico às margens do Ribeirão Brejo Grande no trecho que corta a cidade e dos demais riachos que circundam a sede municipal.

O fluxograma a seguir indica as inter-relações entre as ações da LE 4:



LE 5 – Melhoria da Infra-estrutura Básica, dos Equipamentos e Serviços Urbanos

Deve possibilitar a superação dos *déficits* existentes na oferta de equipamentos e serviços pelo Poder Público para atender às necessidades de toda a população.

A 5.1. Ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água, expandindo a rede para atendimento a toda a população;

A 5.2. Expandir a rede de esgotamento sanitário para toda a cidade;

A 5.3. Implantar rede de drenagem pluvial e pavimentação em toda a cidade;

A 5.4. Formalizar a hierarquização do sistema viário urbano, inclusive com a implantação de ciclovias.

A 5.5. Pavimentar as vias urbanas;

A 5.6. Promover a ampliação e melhoria dos serviços de iluminação pública a toda a cidade e às áreas rurais do entorno imediato;

A 5.7. Implantar coleta seletiva do lixo, de forma regular, em toda a cidade;

A 5.8. Implantar o serviço regular de varrição das vias urbanas;

A 5.9. Implantar aterro sanitário;

A 5.10. Desenvolver estudos de viabilidade para o estabelecimento de parcerias com os municípios vizinhos objetivando a reciclagem dos resíduos sólidos;

A 5.11. Melhorar as condições de acesso rodoviário à cidade e, particularmente, das ligações da cidade aos pontos de interesse paisagístico ou turístico;

A 5.12. Implantar terminal rodoviário;

A 5.13. Ampliar e manter as rodovias municipais de interligação entre as diversas localidades do Município em bom estado de trafegabilidade;

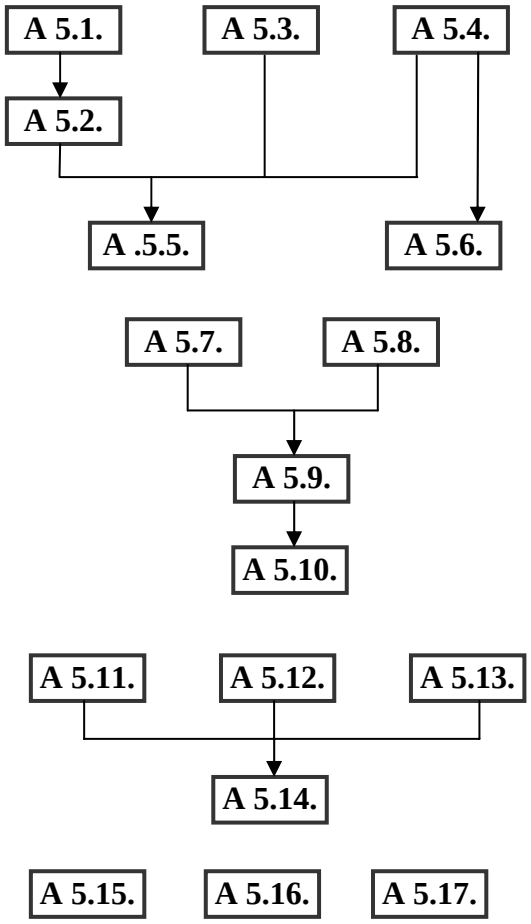
A 5.14. Promover ações para a regularização dos meios de transportes intermunicipais;

A 5.15. Promover ações para garantir a existência de pista de pouso em condições adequadas permanentemente;

A 5.16. Instalar agência da ECT;

A 5.17. Implantar sistema de telefonia móvel;

Os fluxogramas a seguir indicam as inter-relações entre as ações da LE 5:



LE 6 – Melhoria dos Equipamentos e Serviços Comunitários

Deve propiciar o desenvolvimento de atividades de ampliação e aprimoramento dos serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e segurança.

A 6.1. Melhorar a qualidade do ensino nos diversos níveis;

A 6.2. Melhorar os níveis de escolaridade, com a eliminação do analfabetismo;

A 6.3. Implantar escolas profissionalizantes voltadas para a vocação econômica da região;

A 6.4. Promover a capacitação continuada dos profissionais de educação;

A 6.5. Garantir transporte escolar de qualidade para as populações rurais;

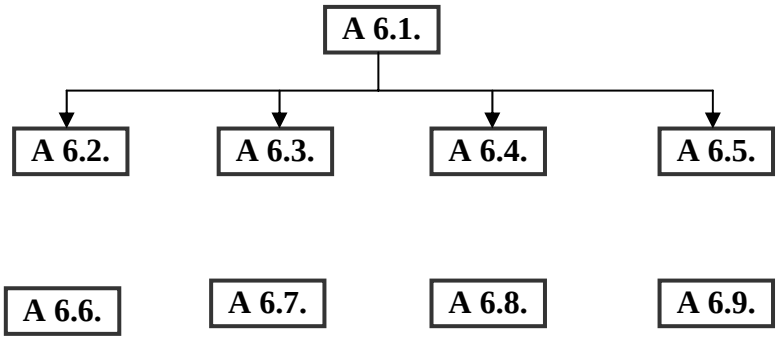
A 6.6. Promover o resgate da cultura local;

A 6.7. Ampliar as oportunidades de práticas esportivas por meio da criação de novos espaços de esporte e lazer.

A 6.8. Melhorar e ampliar o atendimento de saúde;

A 6.9. Melhorar a infra-estrutura de segurança;

O fluxograma a seguir indica as inter-relações entre as ações fda LE 6:



LE 7 – Aperfeiçoamento do Planejamento e Gestão Municipal

Deve criar as condições necessárias à Administração Municipal para a implementação do processo de planejamento e gestão iniciado com o Plano Diretor, bem como garantir a apropriação pela população desse processo, a se desenvolver de forma compartilhada entre o

Poder Público e a sociedade, como a expressão da vontade dos cidadãos de Mateiros.

A 7.1. Implementação do Sistema de planejamento e gestão;

A 7.2. Capacitação das equipes da Administração Municipal;

A 7.3. Participação efetiva da sociedade no processo de planejamento e gestão;

A 7.4. Instalação e funcionamento do Sistema de Informações do Município de Mateiros;

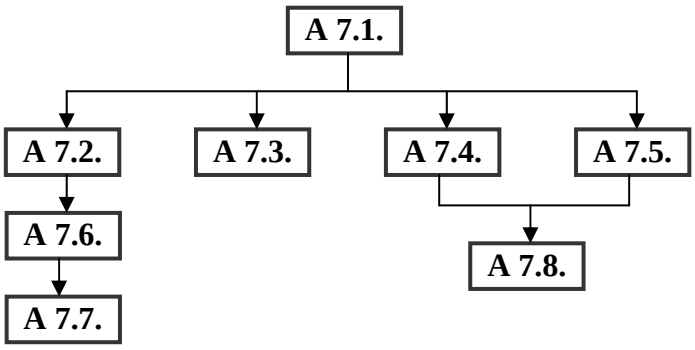
A 7.5. Promover a regularização fundiária das terras rurais e lotes urbanos;

A 7.6. Instalação de consórcios intermunicipais para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc.;

A 7.7. Adoção de práticas intermunicipais para a gestão compartilhada do turismo;

A 7.8. Melhoria dos mecanismos de arrecadação municipal.

O fluxograma a seguir indica as inter-relações entre as ações da LE 7:



BIBLIOGRAFIA

BARTABURU, Xavier. **O deserto das Águas** in *Terra, Ano 8, nº 9, Setembro 1999*. Rio de Janeiro : Editora Abril, 1999

CONSERVATION INTERNATIONAL et alii. **Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e pantanal**. Brasília : PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, sd

COURSON, Jacques de**. La prospective des territoires. concepts, méthodes, résultats**. Paris : Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement -Collections du CERTU, 1999

FGV - CIDS. **Pólo turístico do Jalapão** in *Tocantins em revista*. Palmas : Governo do Estado do Tocantins - Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente, sd

FISCHER, Tânia (organizadora). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador : Casa da Qualidade, 2002

GARCIA, Paulo e ORLANDO, Heloísa. **Diagnóstico sócio-econômico do Parque Estadual do Jalapão e sua zona de entorno: avaliação preliminar**. mimeo. Mateiros : Instituto Sociedade, População e Natureza e Conservation International do Brasil, 2001.

GÜELL, José Miguel Fernández. **Planificación estratégica de ciudades**. Barcelona : Editorial Gustavo Gilli, S.A., 1997

ISA (Coordenação geral). **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na amazônia brasileira**. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2001

JALAPA Assessoria Sócio Ambiental**. Plano de desenvolvimento sustentável entorno do Parque Estadual do Jalapão**. mimeo. Mateiros : MMA, 2002

_____. **Zona de entorno do Parque Estadual do Jalapão. levantamento da situação fundiária e problemas existentes**. mimeo. Mateiros : MMA, 2002

MARCIAL, Elaine Coutinho e GRUMBACH, Raul José dos Santos**. Cenários prospectivos - como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente – governantes governados**. São Paulo : Edições Fundap, 1997

MÉTODOS Asssessoria & Capacitação. **Oficinas de Planejamento. relatório técnico**. mimeo. Jalapão : Métodos Asssessoria & Capacitação, 2002

PREFEITURA MUNICIPAL – **Lei orgânica do município**. Mateiros : Prefeitura Municipal, sd

PRONAF. **Planos municipais de desenvolvimento rural – pmdr**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002

ROLNIK, Raquel (Coordenadora). **Estatuto da cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília : Câmara dos Deputados, SEDU, CEF e Instituto Polis, 2001

SEBRAE – TO. Diagnóstico econômico – Mateiros. Palmas : SEBRAE-TO, sd

SECTUR – TO. **Jalapão natureza e arte no paraíso dourado do Tocantins**. Governo do Estado do Tocantins - Secretaria da Cultura, sd

SEPLAN – DZE – **Atlas do Estado do Tocantins. subsídios ao planejamento da gestão territorial**. Palmas : Governo do Estado do Tocantins - Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente, 2002

SETUR – TO. **Tocantins, Brasil – o coração da natureza**. Palmas ; Governo do Estado do Tocantins - Secretaria de Turismo, sd

_____. **Jalapão oásis do cerrado**. Palmas : Governo do Estado do Tocantins - Secretaria de Turismo, sd